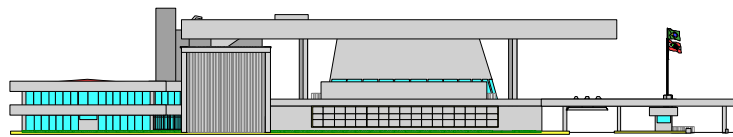


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 08 DE NOVEMBRO DE 2005

NÚMERO 5.506

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado

**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**

Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1731
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 085ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 08/11/2005.....2

Publicações Diversas

Emenda Constitucional16
Mensagem Governamental.....17
.....17
Projetos de Lei.....18

PLENÁRIO

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2005

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Válio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Aborda o II Congresso e VI Encontro da União Nacional dos Taquígrafos; faz a leitura de manifestação da ACIL, de Lages, a respeito do aeroporto de Correia Pinto; fala da instalação do Sistema de Processamento de Leitões e da construção da Escola de Formação de Conselheiros Tutelares e Assistentes Sociais; aborda a crise do setor madeireiro no estado.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (aparte) - Registra a presença de vereadores do oeste de SC e solicita a suspensão da sessão para que o presidente da associação dos vereadores possa fazer uso da palavra.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala da sua participação na 2ª Jornada Catarinense pela Defesa da Criança e do Adolescente; comenta a eleição da nova diretoria do Conselho de Ética de Entidades Religiosas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Parabeniza a deputada Odete de Jesus por representar a Assembléia na 2ª Jornada Catarinense pela Defesa da Criança e do Adolescente; registra a presença de alunos da Escola de Educação Básica Nico Borghes, de Blumenau.

DEPUTADO CELESTINO SECCO - Presta contas da sua viagem a Mar Del Plata para participar da 4ª Cumbre das Américas e de uma reunião com chanceleres de 34 países; ressalta a criação de um novo órgão do Detran.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Manifesta-se acerca de reportagem do jornal Gazeta, de Joinville, sobre o Fundo Social.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Rebate o discurso do deputado Joares Ponticelli a respeito do Fundo Social.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Coloca que há uma distribuição injusta do Fundo Social.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Parabeniza o deputado Joares Ponticelli pelo pronunciamento.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de grupo da terceira idade de Timbó.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Refere-se à reunião realizada com várias entidades para discutir o problema da Casan; aborda o reajuste dos servidores federais.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Refere-se ao problema dos salários dos aposentados.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Coloca sua preocupação com os aposentados estaduais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Fala do descumprimento, pelo governo do estado, da decisão judicial com relação aos aposentados.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registra a presença do empresário Olívio Vincentin, de Garopaba e do sr. Francisco; lê documento recebido do presidente do Sindicato das Indústrias Florestais de Curitiba; comenta a crise vivida pelos madeireiros do estado; lê correspondência recebida do senador Jorge Bornhausen a respeito do problema do setor moveleiro.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Aborda audiência pública que será realizada para tratar do problema do setor de base florestal.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se à construção da usina de Campos Novos.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Aborda a importância da usina de Campos Novos.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Aborda a importância da usina de Campos Novos.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Reporta-se aos 69 anos do hospital São José, de Criciúma; elogia o senador Leonel Pavan e fala da possível candidatura dele ao governo do estado.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Enaltece a figura do senador Leonel Pavan.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Aborda a manifestação do vice-governador sobre a Casan.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comenta a candidatura do governador Luiz Henrique da Silveira.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Comenta a Proposta de Sustação de Ato nº 0006/2005.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Solicita a retirada da pauta do parecer ao Projeto de Lei nº 0245/2005, que cria taxa de vigilância sanitária animal.

DEPUTADO CELESTINO SECCO (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Parabেনiza o deputado Cesar Souza pelo seu aniversário.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc e solicita a retirada do projeto da pauta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Discute o Projeto de Lei nº 0242/2005, sobre a desverticalização da Celesc.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (pela ordem) - Aborda a desverticalização da Celesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas da sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A presidência registra a presença dos alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fortunato Brasil Naspolini, do município de Criciúma. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu quero fazer um registro:

(Passa a ler)

"O II Congresso e VI Encontro da União Nacional dos Taquígrafos - Unataq - do Brasil, que se realizou nos dias 3, 4 e 5 de novembro, em Salvador, reuniu mais de 120 profissionais do país e houve eleição para a nova diretoria da entidade, biênio 2005/2006, para a qual foram reeleitas a servidora desta Casa, Siomara Gonçalves Videira, taquígrafa das comissões, para o cargo de presidente, e a servidora Maria de Fátima Rocha, taquígrafa das comissões, para o cargo de tesoureira."

Portanto, a União Nacional dos Taquígrafos do Brasil será presidida por uma catarinense, funcionária desta Casa, e o cargo de tesoureiro também será ocupado por uma funcionária nossa. Por isso, ficamos imensamente felizes e cumprimentamos todas as taquígrafas desta Casa e do Brasil em respeito a nossa querida Siomara.

Sr. presidente, dois assuntos me trazem, hoje, à tribuna neste horário. O primeiro deles não é muito bom, deputado Lício Silveira. Recebi - e tenho certeza de que quase todos os deputados também receberam - uma manifestação da Acil, da cidade de Lages, nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Excelentíssimo Senhor:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, está sendo construído na Serra Catarinense o Aeroporto Regional localizado em Águas Sulfurosas no município de Correia Pinto, uma aspiração da sociedade desta região e que está em fase de acabamento, faltando a cobertura asfáltica, o hangar e o terminal de passageiros.

Esta semana, fomos surpreendidos com a possível paralisação da obra por falta de repasse de recursos provenientes do Governo Federal. Estas obras não podem ser paralisadas, em função da deterioração do que já foi feito e correndo o risco da necessidade de maiores gastos para que seja refeito, e pelo prejuízo à região pelo atraso no início de seu funcionamento.

O Governo do Estado muito tem feito, repassado todo o recurso destinado como contrapartida às verbas do Governo Federal, antes ainda que este tenha liberado toda a sua parte. Mais ainda muito precisa ser feito para conseguir a liberação das verbas federais e solicitamos a sua adesão à mobilização com todos os órgãos representativos da Serra Catarinense no sentido de revertermos esta situação, por ser uma obra vital para o desenvolvimento da nossa Região."[...]sic]

Assinam este documento: presidente da Acil, prefeito municipal de Lages, presidente da Amures, prefeito de Correia Pinto, prefeito de Ponte Alta, presidente da Aciacop, presidente da Uveres e secretário do Desenvolvimento Regional.

Esta notícia não é nada boa para a região, pois reputamos o aeroporto de Lages como muito importante para a região serrana.

Por outro lado, sr. presidente e srs. deputados, também temos notícias boas. A minha cidade, na qual tive a honra de ter sido prefeito, em 1973, deputado Pedro Baldissera, também tem procurado se desenvolver. E graças à competência de um prefeito moderno, dinâmico, trabalhador - e digo isso não porque ele é do meu partido e também meu sobrinho, e também não estou querendo dizer com isso que ele aprendeu a administrar com o seu tio, mas naturalmente que alguns ensinamentos ele levou -, do prefeito de Curitiba, deputado Antônio Carlos Vieira, que v.ex.a. conhece, já que foi engenheiro do DER por muito tempo, começa a ser instalado naquele município o Sistema de Processamento de Leitões - SPL -, cuja obra vai ocupar 20 mil metros quadrados.

O empreendimento pode gerar uma receita bruta em torno de R\$ 8 milhões. E a prefeitura municipal, por delegação do sr. prefeito e com a concessão da câmara de vereadores, doou o terreno para a instalação deste Sistema de Processamento da Perdição em Curitiba.

Só no primeiro ano, srs. deputados, haverá 3.300 matrizes, devendo haver, nos anos decorrentes, novos investimentos, bem como a fábrica de ração, que deverá ser necessária para aquela indústria que refutamos de muita importância para a região.

Também, srs. deputados, foi lançada a pedra fundamental, em Curitiba, para a construção da Escola de Formação de Conselheiros Tutelares e Assistentes Sociais que operam com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A área a ser construída será de 1,6 mil metros quadrados, com um custo de 1,5 milhão. O início da obra será neste mês e a sua inauguração está prevista para final de 2006. Estrutura da obra: abrigará 40 alunos, o auditório terá 192 lugares e os alojamentos terão acomodações para 42 pessoas.

A Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares (ACCT), com o Sindicato dos Contadores e o Conselho Regional de Contabilidade, busca recursos para esta obra que entendemos de muita importância.

Este deputado não pôde se fazer presente, deputado Jorginho Mello, no lançamento, mas trata-se de uma obra muito importante porque diz respeito à criança. E não será necessária somente para a região de Curitiba, mas para o sul do país. Portanto, mais uma vez, está aí a ação de um prefeito moderno, inteligente, competente, que doou o terreno para a construção desta obra que entendemos de muita importância.

Então, vejamos v.exas. que, se de um lado temos notícias não muito boas, porque o aeroporto regional de Lages, tão sonhado pela região serrana, está na iminência de ser paralisado por falta de recursos, por outro lado também vemos que a nossa região cresce e desenvolve-se através do prefeito de Curitiba.

Nós queremos, srs. deputados, fazer ainda alguns comentários, no horário do nosso partido, sobre a crise que vive o setor madeireiro do Brasil e, de modo especial, de Santa Catarina.

Deputado Jorginho Mello, a nossa região que v.ex.a. tão bem conhece, que produz muito, está vivendo momentos dramáticos. Só este ano uma indústria de Curitiba, a Arupel, fechou as portas, desempregando 632 trabalhadores. E outras empresas também estão na iminência de fechar não só em Curitiba, mas em todo o estado de Santa Catarina - Campos Novos, Caçador, Videira, Santa Cecília, Lebon Régis, Fraiburgo, etc. O setor madeireiro vive um momento muito difícil não só no Brasil, mas, de modo especial, em Santa Catarina, devido a esta política econômica. Não há como modificar o sistema de câmbio do dólar e eles não suportam esta situação.

Mas este assunto, deputado Jorginho Mello, vou debater com v.exas. no horário do meu partido. O PFL defende a livre iniciativa, o setor produtivo. E estamos vivendo, deputado Afrânio Boppré, uma difícil situação.

O setor madeireiro vive uma situação dramática. E não temos, deputado Francisco Küster, expectativa de solução em curto espaço de tempo. Mas quero fazer justiça aos representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional e no momento oportuno leirei a documentação mostrando que esta casa já tomou as devidas providências ou ao menos está tentando fazer a sua parte, levando ao conhecimento das autoridades competentes a situação que vivem os madeireiros de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, tendo em vista a visita de vereadores do oeste de Santa Catarina à capital - eles já estão na sala atrás do plenário (o presidente da associação, Sadi Antônio Pichetti e mais 60 vereadores) - e sabendo da visita, há diversos dias encaminhei à presidência desta Casa um pedido para que se consultasse os líderes a fim de que fosse possível a suspensão da sessão por uns dez minutos para que eles pudessem adentrar neste plenário para cumprimentar os deputados e para o presidente da associação fazer uso da palavra.

Eu ficaria muito grato se v.exa. concedesse este tempo aos legítimos representantes do povo de Santa Catarina, pois eles estão mais próximos aos municípes. Não perderíamos muito do nosso trabalho para recebermos os vereadores no plenário, com a permissão de todos os líderes, e o presidente da associação poderia fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta presidência consulta os srs. líderes se podemos atender ao requerimento do deputado Jorginho Mello pretendendo a suspensão da sessão por dez minutos. Nós estamos em Breves Comunicações, o que daria tempo ainda para mais dois oradores fazerem uso da palavra antes do horário reservado aos Partidos Políticos.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo concordância dos srs. líderes, a presidência suspende a sessão por dez minutos.

Convido os srs. vereadores, na pessoa do presidente da associação dos vereadores do oeste catarinense, Sadi Antônio Pichetti, para conduzir os vereadores ao plenário para a visita e que possa também, durante os dez minutos de suspensão da sessão, fazer uso da tribuna.

O requerimento é esposado pelo deputado Pedro Baldissera.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, amigos que nos acompanham, srs. vereadores de diversos municípios do nosso estado, sintam-se à vontade; muito nos alegra a presença dos senhores nesta Assembléia Legislativa.

Eu estive representando a Assembléia Legislativa, através da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, da qual faço parte, na cidade de Criciúma, acompanhando a 2ª Jornada Catarinense pela Defesa da Criança e do Adolescente.

As 10h estivemos em uma reunião com o prefeito em exercício, sr. Gelson Fernandes, com a secretária municipal de Desenvolvimento Social, a sra. Shirlei Monteiro, a dra. Helen Crystine Corrêa Sanches, promotora da Infância e Juventude e presidente do fórum pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a dra. Vera, promotora do Ministério Público, o presidente da câmara municipal de Criciúma, o coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, sr. Miguel Minguilo, a ex-vereadora

Maria Zilda do Canto e o secretário Vanderlei de Jesus, e pudemos constatar, deputada Ana Paula Lima, presidente da comissão e que nos delegou para que fôssemos à cidade de Criciúma, que das tantas solicitações da comunidade ao prefeito muitas foram alcançadas.

Eu gostaria de citar alguns progressos que conseguimos na cidade de Criciúma. Inclusive sabemos que se os Conselhos Tutelares não tiveram estrutura em seus municípios, o trabalho vai por água abaixo; não conseguimos nada. Eu protocolei nesta Casa Legislativa um pedido a todos os prefeitos para que dessem mais sustentação destinando verba do Orçamento para os Conselhos Tutelares dos municípios.

Em Criciúma o Conselho Tutelar conseguiu melhorar o funcionamento da sua central telefônica; implantação do sistema 0800 para reclamações e denúncias; palestras e cursos para capacitação dos conselheiros, e com relação ao computador já foi feita licitação.

A respeito da criação de um novo Conselho Tutelar, ficou decidido na reunião que seria inviável; a prioridade é a reestruturação do Conselho que está em funcionamento.

Quanto ao Programa Sentinela, os compromissos firmados na 1ª Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida, foram em parte na sua totalidade alcançados, e um computador está em fase de licitação para o programa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus. Já recebi inclusive o relatório da reunião que v.exa. presidiu na cidade de Criciúma. Nós dividimos o estado em oito mesorregiões, e v.exa. representou muito bem a Assembléia Legislativa e também a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher nessa segunda jornada em prol da proteção à criança e ao adolescente.

Aproveito a presença dos vereadores nesta Casa (sejam todos muito bem-vindos) para levarem este assunto aos seus municípios, para que as prefeituras e as Câmaras de vereadores possam assinar esse pacto em prol da defesa da infância e da juventude do nosso estado.

Aproveito para registrar, se v.exa. me permitir, deputada Odete de Jesus, a presença de crianças da 4ª série da Escola de Educação Básica Nilo Borghes, da cidade de Blumenau, acompanhadas das professoras Francis, Cinthia, Tatiana e Daniela, que vieram conhecer a capital do estado de Santa Catarina e também este Poder Legislativo. Sejam todos muito bem-vindos.

Muito obrigada, e parabéns pela presidência da comissão na cidade de Criciúma.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, brilhante deputada Ana Paula Lima, v.exa. que representa a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher como presidente, o que muito orgulha a mulher catarinense.

Quero dizer ainda que tivemos muito progresso com a prefeitura e secretária da Educação, pois foram abertas mais de 30 vagas em creches. Porém ficou visível que elas são insuficientes para atender à população. Em relação ao Peti, houve um aumento de 40 vagas no número de crianças. E sobre a clínica de tratamento a dependentes químicos, ainda não foi criada e ainda não tem previsão para sua criação.

O Poder Judiciário não compareceu à reunião, porém a dra. Vera informou que a instalação da Vara Privativa da Infância e da Juventude está prevista para o dia 26 de novembro.

Os compromissos estão sendo cumpridos, graças a Deus. As jornadas (no ano passado houve várias) estão sendo agendadas em diversos municípios. E como a deputada Ana Paula Lima salientou os nossos vereadores aqui presentes - como o deputado Onofre Santo Agostini, sempre brilhante em suas colocações e com uma inteligência fora de série, nomeou-os de deputados municipais, o que é verdade -, poderão levar o pedido de apoio aos seus municípios.

Ainda em Criciúma pedi ajuda às autoridades da área da educação da secretaria Regional para que ficassem atentos a nossa Lei nº 13.303/2005, "que autoriza a secretaria de Educação afixar nas salas de aula o número do disque denúncia". Assim todas as crianças podem denunciar ao serem violadas em seus direitos. Os professores são os nossos maiores parceiros para, em conversa com as crianças, denunciarem aqueles que violam os direitos da criança e do adolescente.

Na sexta-feira, na Afalesc do Penhasco, houve a eleição da nova diretoria do CER - Conselho de Ética de Entidades Religiosas, da qual esta deputada é presidente de honra. E a diretoria assim foi formada:

Presidente: bispo Ireno Lucas, da Igreja Sara Nossa Terra;

Vice-presidente: bispo Alceu Nieckarz, da Igreja Universal do Reino de Deus;

Diretora administrativo-financeira: Gisele Terezinha Cardoso Ferreira, da Igreja Universal;

Vice-diretor administrativo-financeiro: presbítero Adiomir Cunha, da Igreja Assembléia de Deus;

Diretor de relações institucionais: pastor João Pereira, da Assembléia de Deus;

Vice-diretor de relações institucionais: pastor Dorcelino Xavier;

Diretora de patrimônio, bispa Cláudia, da Igreja Renascer em Cristo;

Vice-diretor de patrimônio, pastor Carlos Alberto Barcelar, da Igreja Batista Conservadora Betel;

Conselho fiscal: pastor Natércio, da Igreja Brasil para Cristo; pastor Dirceu de Lima, da Igreja Adventista do Sétimo Dia; e pastor Joel Galvão, do Centro Evangélico Missões.

Então, nós tivemos assim formada a nova diretoria do CER - Conselho de Ética...

(Discurso Interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O orador a seguir é o sr. deputado Celestino Secco, a quem concedo a palavra até 15 minutos

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro é para prestar contas do roteiro da viagem que fiz, na semana próxima passada, para participar da 4ª Cumbre das Américas, na cidade de Mar Del Plata, onde estive integrando o Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas, onde estive com o presidente da UPM e onde estive, também, representando o presidente e a diretoria da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Tivemos, naquela oportunidade, no dia 3 último, condições de participar de uma reunião com os chanceleres dos 34 países que se fizeram presentes em Mar Del Plata. E nessa reunião foi-nos permitido apresentar em

nome especialmente da Confederação Parlamentar das Américas, mas também em nome da UPM e da Unale, um documento aos chanceleres, através do qual traduzimos o pensamento dessas entidades sobre a pobreza e a governabilidade democrática, um dos temas objeto mais importantes daquela reunião dos senhores presidentes.

As reflexões que foram colocadas, especialmente nesse tópico da pobreza e da governabilidade, estabelecem claramente que há fundamento essencial à luta para o exercício da governabilidade, sem que se dê a essa luta, para a pobreza, condições de acesso aos direitos mínimos da cidadania.

Também expressamos, no mesmo documento, o que pensa a Confederação Parlamentar das Américas sobre a economia que integra os nossos países, sobre o problema das migrações, que está cada vez mais acentuado, especialmente para os Estados Unidos, para o Canadá, via México, e também para o Brasil, especialmente da Bolívia, de onde se deslocam em grande quantidade, em grande número, para as nossas principais cidades.

Exortaram, também, os srs. parlamentares, sobre os problemas da educação e da cultura nas Américas, bem como sobre a democracia. Também tratamos no documento sobre os afro-descendentes e as políticas públicas que devem se dirigir e destinar a essas pessoas, a esses seres humanos. Falamos sobre a justiça internacional e a necessidade dos tribunais de mediação. Falamos sobre os gravíssimos problemas de saúde humana, animal e ambiental, os quais nos afetam direta e diariamente.

Externamos a nossa posição sobre a situação que vivem os irmãos do Haiti. E por último insistimos no documento para que fosse dada ao Parlamento Americano a condição da sua imediata e efetiva instalação ou o Parlamento do Mercosul, porque entendem os parlamentares que integram a Confederação Parlamentar das Américas que já há amplo espaço para ser perquirido e perseguido pelos parlamentares, num Parlamento Americano ou num Parlamento do Mercosul, porque temas há que nos são comuns e que necessitam de um debate e de uma discussão comum.

Com isso passo por consequência à prestação de contas da viagem que fiz, representando, deputado Pedro Baldissera, este Parlamento e, mais do que isso, as entidades que me designaram como seu legítimo e digno representante naquele encontro, naquele quarta reunião dos presidentes das Américas.

O segundo tema que aqui me traz é o que o Diário Catarinense de novo coloca hoje nas suas páginas, ou seja, a questão da criação de um novo órgão no Detran, com a mesma função já existente, por portaria. Eu estou absolutamente convencido de que o tratamento dado à subalternidade pelos que comandam o exercício da gestão pública de nosso estado é no mínimo inquietante. Porque já o sr. comandante-geral do Corpo de bombeiros, na exposição de motivos que justificou a criação de órgão com atributos naquela unidade, disse que encaminhou uma exposição de motivos à Casa Civil, pedindo que mandasse um projeto de lei ao Parlamento, mas como não mandaram, ele assim o fez.

Nos anais de hoje há uma afirmação categórica do coronel da reserva Dejar Vicente Pinto de que realmente está equivocado o diretor do Detran ao fazer por portaria a criação de um novo órgão, com as suas atribuições, mas que ele não está fazendo por mal, está fazendo com a vontade de acertar.

Ora, não se faz administração pública com vontades abstratas de acertar, ou se faz seguindo rigorosamente o que determina a Constituição e as leis, ou fecha-se de uma vez o Parlamento e deixa-se ao bel-prazer de quem está governando a gestão pública, num determinado espaço da vida político-administrativa do estado, fazer do jeito que quiser.

Não consigo, por consequência, entender que o próprio secretário-adjunto, que a princípio tem a subordinação do diretor do Detran, diga publicamente que o erro jurídico formal foi cometido, mas que cometeu o erro, exasperou-se no erro e insistiu no erro porque tem o desejo de acertar, tem o desejo de fazer um bom trabalho. E que até o final do ano, deputado Pedro Baldissera, virão uma série de projetos de lei complementar à Assembléia Legislativa, para regularizar todas essas questões.

Eu não consigo entender, deputado Afrânio Boppré, como é que se faz uma administração pública com critérios, com controle e com resultados mediante a simples vontade expressa pelos subalternos de fazerem coisas. E não há nenhuma manifestação mais seriamente pronunciada pelo governante para dizer que adotará providências no sentido de cumprir a lei ou de afastar quem a descumpra, ou de puxar, no mínimo, a orelha daquele que não se preocupa com o juramento que prestou no dia que tomou posse.

Todo servidor público ao tomar posse num cargo, numa função pública, presta um juramento. E nesse juramento faz expressamente o desejo de cumprir integralmente as determinações constantes da Constituição e das leis. Mas parece que o juramento foi feito não para ser cumprido, que o juramento foi feito com figa, ou seja, "vou prestar o juramento, mas juro pela figa que não vou cumprir".

Espero que dessa vez haja um policiamento um pouquinho mais sério a respeito desse problema que aqui se levanta.

Essa é a nossa manifestação, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham na sessão de hoje, aqueles que nos acompanham através da Rádio Digital, da TVAL, uso o horário do meu partido no dia de hoje para trazer alguns assuntos, deputada Ana Paula Lima, que considero da maior gravidade.

Em que pese esta Casa já ter debatido um pouco essa matéria, até por proposição do deputado Francisco de Assis e de outros, penso que é chegado o momento de nos debruçarmos um pouco mais, de debatermos um pouco mais, de discutirmos um pouco mais essas questões que envolvem subvenções sociais e que envolvem o famoso Fundo Social.

Antes que queiram me acusar de inimigo de Joinville novamente, quero dizer que a informação que trago não é de minha autoria, ela está estampada na capa do jornal Gazeta, de Joinville, edição de nº 50, que circulou no período de 27 a 31 de outubro. A manchete, deputado Celestino Secco, versa sobre o Fundo Social mais uma vez. A manchete é a seguinte: "Verba do Fundo Social do governo Luiz Henrique vai parar em associação de autorama e bolão." E a subnota diz: "O governo estadual repassa R\$ 40.000,00 para associação de autorama e bolão, enquanto o hospital recebe apenas R\$ 2.000,00." E o

jornal, nas páginas A4 e A5, detalha toda essa operação, inclusive com a manifestação do deputado Francisco de Assis, uma matéria de duas páginas, dando conta da má aplicação e das suspeitas, deputada Odete de Jesus, sobre as destinações dessas subvenções e do Fundo Social.

Já a edição nº 51, que circulou de 3 a 7 de novembro, portanto, até ontem, traz outra matéria de capa, com o título "Polêmica no Fundo Social faz médicos devolverem R\$ 100.000,00." E a subnota diz: "Constrangimento faz a sociedade joinvilense de medicina estornar verba doada para congresso."

Deputado Afrânio Boppré, começou agora a pipocar na imprensa. Finalmente existe mais gente de olho nas aplicações desses recursos. Que bom, deputado Antônio Carlos Vieira, que outras pessoas, que outras entidades já estão começando a perceber e a concordar com aquilo que sempre afirmamos, de que esse projeto se tratava não de um fundo social, porque fundo social é aquilo que fez o governador em exercício, Julio Garcia, ao propor a destinação dos recursos para as Apaes. Isso efetivamente tem um cunho social. Agora, esse fundo do governador candidato Luiz Henrique da Silveira é fundo eleitoral. O que é pior, agora começam a chegar denúncias ainda mais preocupantes do chamado bate e volta, ou seja, o dinheiro sai, vai para uma entidade "x", com um plano de aplicação fictício, e retorna.

(O deputado Francisco Küster fala fora do microfone.)

Deputado Francisco Küster, não fique tão nervoso por antecipação.

O Sr. Deputado Francisco Küster (intervindo) - Essas insinuações não podem ficar ao léu.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera)(Faz soar a campainha) - Está assegurada a palavra ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu não concedi aparte para ninguém. O deputado Francisco Küster se exaltou. Vou detalhar, deputado. Vamos dar nome por nome, não tenha dúvida disso. Não se exalte, mantenha a tranquilidade, deputado Francisco Küster. Pelo menos tente disfarçar a sua preocupação. Eu sei que essa matéria preocupa. E está aqui. Os jornais estão anunciando, deputado Francisco Küster. Não sou eu. É a imprensa catarinense começando a perceber ações suspeitas, deputado Francisco Küster. E pode começar a se preparar v.exa. e outros para o debate, porque esse debate vai ocupar muito espaço nesta Casa.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Esse debate vai ocupar muito espaço nesta Casa. Até aqui o que se percebeu, deputado Francisco Küster, é que não houve muita repercussão. Ninguém quis alongar o debate. O deputado Francisco de Assis já trouxe a matéria. Tentaram desqualificar. Outros deputados já levantaram, mas o assunto está ficando grave demais, o assunto está ficando sério demais.

Num momento nacional como esse de mensalão, de mensalinho, de compra de políticos, é preciso discutir aqui em Santa Catarina, é preciso saber o que está acontecendo aqui neste estado. Parece que os problemas estão só em Brasília, mas começam a surgir conversas, informações muito graves, e esta Casa deve investigar. Esse debate precisa ocupar espaço.

Quero democratizar o meu tempo. Vou conceder trinta segundos em aparte a cada uma de v.exas. E vou começar pelo deputado Francisco Küster.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. me conhece muito bem. Eu não sirvo para esse tipo de coisa. V.Exa. citou. Eu faço parte da base aliada. Eu não pratico isso, não exercito isso e não sei quem faz. Se alguém faz, não tem o meu apoio, não tem o meu respaldo. Quero deixar aqui isso bem claro. E a quem denuncia cabe o ônus da prova. Portanto, peço que v.exa. dê os nomes.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Com certeza. Mas eu disse para v.exa. ficar tranqüilo, até porque nós ainda não trouxemos nenhum nome. Mas vamos trazer, fique tranqüilo, mantenha a tranqüilidade.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado, eu fui autor de um pedido de informação que trata da subvenção social deste governo. Então, eu entendo que neste mandato temos o dever de fiscalizar.

Existem regiões, cidades que, segundo uma lista de 10, 15, 20 associações de moradores, ganham até R\$ 30 mil. Entidades de uma mesma cidade recebem R\$ 900 mil de subvenção social do governo, enquanto que numa cidade vizinha um hospital está à espera de ajuda, mas até hoje não recebeu nenhum centavo.

Isso quer dizer que está ocorrendo uma distribuição injusta que precisa ser investigada, ou seja, a forma como essa subvenção está saindo do governo e chegando para algumas entidades, para algumas cidades, em especial. Então, v.exa. tem toda razão em dizer que somos parceiros nessa investigação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado, de fato considero relevante este assunto que v.exa. traz ao plenário. Entendo que devemos não só requerer a lista e os quantitativos das entidades que estão recebendo os repasses, como também devemos, aleatoriamente, selecionar algumas dessas entidades, para vermos o que consta do plano de aplicação e o efetivo dispêndio dos recursos financeiros.

Entendo que a Assembléia Legislativa está sendo desafiada a dar um passo à frente. Além de solicitar apenas informações, tem que dar um passo à frente, porque ela, inclusive, tem essa prerrogativa como Poder.

Então, para concluir, quero dizer que o nosso Poder deve ser exercido de maneira livre, soberana e independente.

Parabenizo v.exa. pela manifestação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O assunto vai render. Acho que o debate apenas começou e Santa Catarina vai ficar estarecida com as informações que já começam a chegar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, somente quero registrar a presença, nesta Casa, do Grupo da Terceira Idade, de nome Felicidade, do município de Timbó, juntamente com a coordenadora, sra.

Odesia Klitzke, e também com o sr. Francisco Barros, os quais estão visitando esta Casa Legislativa e a nossa capital. Cerca de 86 pessoas estão visitando este Poder Legislativo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Casa congratula-se com as pessoas que v.exa. fez referência.

Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAL, tivemos uma reunião com a Fecam, com sindicatos da área de saneamento, CUT e outras entidades que estão na discussão que envolve a Casan de Santa Catarina.

A reunião foi ontem à tarde, na Assembléia, onde se aprofundou a discussão com relação à proposta do governo de criar uma empresa *holding* e distribuir pelo estado, de forma regional, diversas empresas para que a Casan voltasse a ter credibilidade e pudesse continuar sendo estatal, mantendo principalmente os empregos daqueles trabalhadores que fazem parte da Casan.

As conclusões e as propostas desta reunião são as seguintes:

(Passa a ler)

"1ª - Interceder junto a Cofix para aprovar o financiamento junto ao banco japonês."

Trata-se de uma proposta que está na Cofix, para que ela apoie o financiamento, a fim de que a Casan possa adquirir um financiamento de US\$ 390 milhões, com vista a investir em saneamento em Santa Catarina e para que possa também sair do fundo do poço em que está instalada atualmente.

(Continua lendo)

"2ª - Criar o conselho de fiscalização de ações da Casan. O conselho teria a tarefa de elaborar o projeto de lei que constituirá a empresa *holding* proposta pelo governo.

3ª - Elaborar uma lista cronológica com os municípios que têm contratos a ser encerrados com a Casan."

Isso é para evitar o encerramento e assim dar uma trégua à Casan, para garantir, dessa forma, o trabalho que se está fazendo com o objetivo de salvar a empresa de saneamento básico do nosso estado.

"4ª - Incluir a Fecam no conselho e no fórum parlamentar a ser instalado na Assembléia Legislativa."

Sr. presidente, hoje teremos a instalação do fórum parlamentar que vai discutir e acompanhar todas as ações que envolvem a Casan, com o objetivo de manter a empresa estatal e também garantir a criação da empresa *holding* e das empresas regionais para atender os municípios a contento e quebrar aquela imagem ruim que a Casan tinha pelos serviços prestados por praticamente 30 anos.

Esse programa de saneamento da Casan prevê um empréstimo da ordem de US\$ 390 milhões do banco japonês *Japan Bank International Cooperation* - JBIC.

"A Cofix é um órgão formado por dez pessoas, (representantes do ministério do Planejamento, da Fazenda, de Relações Exteriores e do Banco Central). As obras de saneamento previstas no projeto seriam feitas em três anos."

A implantação do sistema, sr. presidente, garantiria um aumento no saneamento básico de Santa Catarina na ordem de 45% em relação ao que tem hoje. Então teríamos, com

o que temos instalado, perto de 50%, 60% em saneamento básico em nosso estado, o que melhoraria muito a qualidade de vida do nosso estado, o saneamento e o aspecto turístico, porque se o estado estiver saneado ele tem condições de receber mais turistas com resultados bastante positivos nesse ramo de atividades.

Outra questão que eu quero abordar e que fiquei devendo aqui em debates anteriores é o assunto relacionado ao reajuste dos servidores federais. O nobre colega Francisco Küster tem vindo sistematicamente a esta tribuna dizer que o governo federal tem dado apenas 0,01% aos servidores federais.

Quero dizer que fui pesquisar e verificar o que é que o governo está concedendo de fato. Ele está dando reajustes acima da inflação, só que de forma setorial. Está negociando por categoria, de tal forma a contemplar cada categoria dentro das suas propostas, dentro daquilo que o governo prevê, que é a recuperação das perdas salariais. Tem sido mantido o esforço para repor pelo menos a inflação de 29%.

Outra questão que abordo, e quero usar o INSS como exemplo, é a seguinte:

"Correção de distorções: no INSS negociações feitas desde 2003 resultaram em reposição de 47,11%, que será concluída em dezembro deste ano. Só no mês de julho de 2005 receberam 9,5%. Em 2004, receberam 46,53% para os níveis superiores, 49,69% para o nível intermediário e 61,28% para nível auxiliar." Ou seja, números bem acima da inflação do período, em torno de 29%.

Quero deixar claro que o governo federal também busca reduzir a escala vertical dos salários, de tal forma que o governo Lula assumiu do governo anterior uma defasagem na ordem de 18 vezes o salário maior para o menor dos servidores públicos federais. O governo pretende reduzir esse índice para 11 vezes, coisa que o nosso governo do estado também prometeu com relação aos apasqueanos, ao serviço de segurança pública.

Pelo que se sabe, até agora não cumpriu, não reduziu a diferença entre o maior e o menor salário. Então, houve um aumento, uma ampliação. O governo federal vem fazendo isso com bastante eficiência, buscando reduzir sistematicamente a diferença dos maiores para os menores salários, de 18 para 11 vezes, o que seria um patamar bastante justo.

O governo federal pretende fechar o índice de reajustes de nível superior aos trabalhadores do INSS para 46,53%; o nível intermediário para 49,69% e o nível auxiliar, que é o nível mais baixo, para 61,28%, com uma inflação estimada em 29,17%.

Então, está claro e evidente o reconhecimento do governo Lula ao serviço público federal; está claro e evidente o reajuste que ele está dando por setor, garantindo a reposição das perdas salariais e dando, inclusive, aumento real conforme o caso, buscando assim um aumento linear na ordem de 47,11%, ao final dessas negociações, para os servidores públicos federais.

Então, deputado Francisco Küster, não dá para dizer que o governo federal está concedendo um reajuste só de 0,01%. Realmente está comprovado que ele está concedendo um reajuste por setor, negociando valores acima da inflação, buscando percentual linear na ordem de 47,11%.

Isso mostra que o governo Lula tem mantido o seu compromisso, defendendo sempre as classes trabalhadoras, defendendo sempre os salários mais justos, os salários mais dignos, e tem buscado contemplar os trabalhadores nesse aspecto.

As greves existem, são legítimas e todas as categorias têm o direito de lutar. A universidade está em greve e está lutando, buscando uma universidade melhor, buscando outro perfil de universidade, buscando alternativas que entendem ser melhor para os estudantes, para os professores. Não é especificamente uma greve por salários, mas uma greve com conteúdo bastante amplo que busca melhorias no entendimento dos universitários.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Sr. deputado, foi bom ouvir de v.exa. a afirmação de que o governo federal começa a se preocupar com os funcionários públicos federais. Isso é muito bom.

Quero indagar de v.exa. o seguinte: quando vai chegar a hora dos funcionários aposentados, dos precursores desse gigantesco país que fizeram a coisa pública funcionar? Quando que o governo federal vai lembrar dos aposentados?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Aproveitando que o deputado Francisco Küster é deputado estadual, quero saber, de igual forma, se v.exa. tem a informação de quando os professores aposentados do estado também vão ser bem tratados. Os funcionários públicos estaduais aposentados estão berrando, já não sabem mais a quem recorrer.

Então, só gostaria que o Deputado Francisco Küster, de igual forma, incluisse a preocupação com os professores aposentados, com os policiais aposentados, com os servidores estaduais aposentados, os quais estão pensando também.

O Sr. Deputado Francisco Küster (Intervindo) - Esta preocupação é permanente.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Ela pode ser permanente, mas não é eficaz, porque até agora os servidores aposentados estão sem receber os reajustes. Espero que v.exa. cobre do seu governo uma postura e um tratamento melhor em relação aos funcionários públicos estaduais aposentados.

Em relação à questão salarial, gostaria de lembrar, para não esquecer, que o governo ainda não completou o índice previsto da escala vertical da Lei nº 254, que é em torno de 92%. Está muito longe, com o abono de R\$ 290 agora, mais 20%, de chegar aos 92% previstos na escala vertical.

Além disso, temos que ter claro o seguinte: quando o governo concedeu reajuste de 20%, em quatro parcelas de cinco, com a última vencendo em fevereiro, era justamente para não dar tempo de o pessoal se mobilizar, não dar oportunidade de o pessoal cobrar e para não dar tempo de se conceder o reajuste final para gerar o percentual da categoria dos servidores da Segurança de Santa Catarina, porque o reajuste tem de ser dado pelo menos até março, pois a partir de abril não se pode dar mais reajuste.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Dentinho, o deputado Francisco Küster disse que a preocupação do governo estadual com o aposentado é permanente. Sim, no descumprimento da decisão judicial. Se ele desejar, eu posso entregar para ele várias decisões judiciais do nosso Tribunal de

Justiça determinando o Poder Executivo a respeitar o inativo, pagando o que deveria receber. Mas o governo do estado insiste em descumprir a decisão judicial.

Então, é esta, sim, a preocupação do governo do estado com relação aos aposentados.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Para encerrar, srs. deputados, quero dizer que há muito o que cobrar do governo do estado em relação aos servidores do estado, pois na verdade existe uma defasagem muito grande e existe, também, um descumprimento, uma desatenção com relação ao servidor público aposentado em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de entrar no assunto que desejo abordar nesta tarde, quero, com muito prazer e com muita alegria, registrar a presença, neste plenário, do empresário Olívio Vicentin, de Garopaba, e do meu prezado amigo e conterrâneo, Francisco, o Chico.

Faço este registro porque o Francisco, o Chico, era motorista de caminhão na minha terra, entregava bebidas. Lutador, trabalhador comum, um homem simples que hoje, pelo seu esforço, pela sua dedicação, pela boa família constituída, é um empresário no município de Garopaba.

Por isso registro, com muita alegria, a presença desse velho amigo, desse guerreiro lá de Curitiba, o meu prezado amigo Chico. Tenho muito orgulho de tê-lo como amigo.

Mas, como prometi há pouco, sr. presidente, voltarei a discutir aqui sobre um assunto, deputado Reno Caramori, que v.exa. tem interesse. Quero fazer referência ao documento que recebi há poucos dias, na minha terra, do presidente do Sindicato das Indústrias Florestais de Curitiba, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Cumprimentando cordialmente, o Sindicato da Indústria Florestal de Curitiba em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitiba e demais entidades estaremos realizando o I Seminário da Madeira - Alternativas para o Desenvolvimento do Setor Madeireiro Regional, para tanto gostaríamos de convidar Vossa Excelência a prestigiar este evento [...]"

O evento será no dia 11 de novembro de 2005 (anexo programa para sua apreciação). Gostaríamos também de convidá-lo a participar de um jantar de negócios onde haverá a palestra com o Vice-Presidente da região Centro-Norte da FIESC, senhor Gilberto Seleme."

[...](sic)

Assina José Miri, presidente do sindicato.

Mas eu li este documento porque o setor madeireiro da nossa região, v.exa. sabe tanto quanto eu ou melhor, vive um momento dramático, vive uma luta desesperadora. Na minha terra, há poucos dias, só a indústria Arupel demitiu 632 empregados.

Eu vejo que está também presente, neste plenário, o ex-prefeito de Lebon Régis, nosso amigo Carlos. Essa cidade, de igual forma, vive o mesmo drama de Caçador, deputado Reno Caramori, como também Curitiba, Campos Novos, Fraiburgo, Santa Cecília, Rio Negrinho, etc.

Mas quero deixar isso registrado, porque vai constar nos anais desta Casa, deputado Reno Caramori, que a Assembléia tomou medidas quanto a este assunto. Preocupou-se e tomou as devidas providências que lhe cabiam. Aprovamos indicação deste deputado que foi encaminhada ao senado da República e à Câmara dos deputados que representa Santa Catarina, mostrando a preocupação que estamos vivendo, não pela criação de parque florestal, não em defesa das terras indígenas, mas em defesa agora do setor madeireiro e produtivo.

Encaminhamos correspondência para toda a bancada catarinense, através de uma indicação aprovada por esta Casa, e recebemos de alguns deputados federais e senadores catarinenses a devida preocupação. Dentre os que se preocuparam, temos o ilustre deputado Paulo Bauer, o ilustre deputado Ivan Ranzolin, o eminente senador Leonel Pavan, o excelentíssimo deputado Odacir Zonta, o excelentíssimo sr. senador da República Jorge Bornhausen, o excelentíssimo deputado Gervásio Silva e tantos outros.

A documentação do excelentíssimo sr. senador da República diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Quero colocar aos nobres companheiros que hoje, pela manhã, estivemos no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior falando com o nosso querido catarinense do município de Concórdia, o nosso Ministro Luiz Fernando Furlan.

O Ministro Luiz Fernando Furlan disse-me que já está veterano no cargo porque se mudaram muitos Ministros e ele permanece no cargo. Permanece pela sua competência e, acima de tudo, por honrar o seu mandato como Ministro e orgulha os catarinenses, orgulha o povo de Concórdia, lado oeste de Santa Catarina.

Fomos falar com ele, juntamente com os Deputados Paulo Bauer, Carlito Merss, Paulo Afonso, Fernando Coruja, que comandam, hoje, a Bancada de Santa Catarina. Falamos com o Ministro sobre a questão dos moveleiros, principalmente de Santa Catarina. É claro que há inúmeras indústrias no País, mas quero me referir ao meu estado, Santa Catarina, e aqueles que estão no oeste de Santa Catarina, esquecidos dos Governos.

Sr. Presidente, sras. e srs. Senadores, a robustez econômica do Estado de Santa Catarina depende, em larga medida, dos médios e pequenos empreendimentos da classe produtora do local. Nesse sentido, não se pode cruzar os braços quando se verifica que o setor moveleiro catarinense denuncia atravessada uma crise comercial de graves consequências. A gravidade do quadro empresarial, de tão incisiva, leva o setor a clamar aos políticos brasileiros por assistência e apoio.

Na verdade, segundo a Associação dos Moveleiros do Oeste ou de toda Santa Catarina, a situação é tão problemática que exige uma intervenção urgente mais efetiva do Governo Federal. Isso se justifica na medida em que os fatores responsáveis pela depressão dos negócios guardam proximidade causal muito expressiva com as diretrizes macroeconômicas ditadas pelo Governo Federal." [...](sic)

E o pronunciamento vai mais adiante, deputado Reno Caramori. Mas eu fiz questão de citá-lo porque vejo que esta Casa vai realizar uma audiência pública no dia 9, e outra no dia 11, em Curitiba, quando vão se reunir todas as autoridades. Lá estarão presentes o governo de Santa Catarina, deputados e representantes do setor produtivo.

É claro, deputados Reno Caramori e Dionei Walter da Silva, que não seremos nós que vamos resolver o problema, que é mais grave do que imaginamos. Agora, cabe a esta Casa, aos deputados catarinenses, levar ao conhecimento das autoridades federais o que fizemos por escrito para que medidas e providências sejam tomadas para que se resolva o problema de uma vez por todas, porque milhares de desempregos vão acontecer em Santa Catarina.

E o que é mais grave, deputado Sérgio Godinho: haverá desemprego de mão-de-obra sem qualificação, que não tem como ser aproveitada em outros setores porque se trata de trabalhadores braçais do setor madeireiro. Portanto, vivemos um problema dramático.

Deputado Sérgio Godinho, nós sabemos das audiências públicas que vão ser realizadas aqui na Casa e também lá na nossa terra. Agora, queremos que fique devidamente registrado nos anais que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através dos seus representantes legais, está fazendo a sua parte. Nós, assim como o sindicato dos madeireiros, o setor produtivo de Santa Catarina, os nossos representantes no Congresso Nacional de todos os partidos - PT, PFL, PSDB, PMDB - estamos tentando tomar as providências para evitar que o mal se torne cada vez maior.

O Sr. deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Sr. deputado Onofre Santo Agostini, amanhã teremos aqui nesta Casa uma audiência pública que tratará de todo o problema do setor de base florestal. Esta audiência pública, proposta por mim, reunirá todos os parlamentares da região que tentam achar uma solução. Vamos tentar mostrar a importância, a relevância do setor, sob o ponto de vista econômico e social.

Então amanhã, às 9h, teremos a audiência com a participação dos sindicatos da madeira, da Fiesc e também da secretaria da Fazenda, que nos dará algum alento com relação aos créditos de ICMS. Será uma oportunidade para mostrar esta crise...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, aproveito esta oportunidade para falar sobre um grande empreendimento que está acontecendo na região do meio-oeste catarinense e que é, sem dúvida nenhuma, de uma importância muito grande não só na questão da geração de energia para Santa Catarina e o Brasil, como também porque se trata de um investimento que irá trazer grandes retornos financeiros àquela região e, em especial, aos municípios que estão sendo atingidos pela construção da hidrelétrica de Campos Novos.

É a primeira usina construída inteiramente em território catarinense e um dos maiores empreendimentos em construção neste estado, com um investimento de R\$ 1,5 bilhões nesta usina de Campos Novos. Também chama a atenção de todo o nosso país porque se trata de uma usina diferente de tantas outras, com 202m de altura, possuindo a mais alta barragem de construção do planeta, segundo informações dos técnicos.

A usina já começou a ser alagada e a previsão é de que as primeiras três turbinas entrarão em funcionamento já no mês de fevereiro do ano de 2006, e as outras duas unidades, em seguida, nos meses de maio e agosto também do próximo ano.

A usina de Campos Novos terá uma capacidade de 880 megawatts, que corresponde, aproximadamente, a um quarto da energia que é consumida no estado de Santa Catarina. E também será uma das usinas que terá uma das menores áreas inundadas: aproximadamente 26km².

Esta usina, além de ter oportunizado a toda a nossa região um investimento de R\$ 1,5 bilhões, também gerou 3.500 empregos diretos em toda esta trajetória.

Somente de ISS, as prefeituras tiveram a oportunidade de buscar em seus cofres municipais aproximadamente R\$ 8 milhões. E estão previstos, assim que entrar em funcionamento a usina, que as prefeituras, o estado e a nação terão uma arrecadação em torno de 12 milhões/ano de royalties que vão engrossar os cofres públicos não só do estado, como também das prefeituras.

É considerada, então, uma das usinas mais econômicas do nosso país, em termos de investimento, e que vai, sem dúvida nenhuma, produzir energia, como disse anteriormente, de aproximadamente de um quarto do consumo de energia no estado de Santa Catarina.

É uma luta de longos anos na história de toda a região, já que muitos pleitearam e lutaram para que lá fosse feito esse investimento. A obra teve início em 2001 e a sua conclusão está prevista para o próximo ano.

Campos Novos, Celso Ramos, Anita Garibaldi e Abdon Batista, municípios que foram atingidos por esse alagamento, hoje têm inúmeros benefícios, além da própria arrecadação e dos investimentos que vieram a acontecer. A Enercan, a empresa que administrou esse consórcio de empresas, tem tido uma sensibilidade muito grande com toda a região em termos de recuperação do meio ambiente, de ajuda aos municípios, nas comunidades, e nas questões rodoviárias, educacionais e culturais, na área do meio ambiente, na construção e perfuração de poços artesanais, no remanejamento de famílias e de comunidades, oportunizando uma parceira com todos os municípios da região. E hoje todos eles estão torcendo para o início da produção de energia para que busquem, mais uma vez, esse retorno de royalties que é muito importante.

Temos municípios, deputados Francisco Küster e Onofre Santo Agostini, que conhecem bem a nossa região, que vão receber em torno de R\$ 100 mil/mês somente de royalties, como outros também receberam valores expressivos de ISS.

Então, vai oportunizar à nossa região um crescimento muito grande, embora alguns problemas sociais ainda fiquem. Sabemos que após o término da obra ficarão problemas sociais para os municípios, mas há uma compensação financeira para que eles possam se recuperar no decorrer do tempo.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Romildo Titon, meus cumprimentos pelo relato que faz de uma grande obra por inteiro no estado de Santa Catarina. Será a primeira grande usina que ficará totalmente dentro do estado de Santa Catarina.

Sem sombra de dúvida, não apenas pelo fato de ser a barragem mais alta do mundo - terá duzentos e poucos metros de altura -, mas o volume de energia gerada, a riqueza que virá para a região... A obra impactou positivamente na economia da região e, principalmente, no setor elétrico, que vive em função das constantes chuvas. Há momentos de fartura de energia, quando os lagos estão cheios de água, mas num determinado momento, numa estiagem mais prolongada, vamos ter escassez de energia, e Santa Catarina se habilita para ajudar o Brasil, os brasileiros e, acima de tudo, a economia, com o suprimento de energia. A Enercan é um exemplo disto!

Cumprimento v.exa., a empresa e aqueles que trabalham lá, mas que ficam no anonimato. De repente, vão embora e ninguém sabe quem são nem para onde vão.

Meus cumprimentos a toda a região e ao nosso estado, acima de tudo!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Francisco Küster.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero cumprimentar v.exa. Pode ter certeza, deputado, de que a sua alegria espelha a minha também porque eu me lembro bem que em 1997, quando foram realizadas as primeiras reuniões tanto para a construção da Barra Grande como para a construção da Usina de Campos Novos, alguém considerou-nos ruim do juízo, porque jamais imaginaria que aquelas duas obras iriam se realizar.

Com o esforço de v.exa., de modo especial, assim como dos deputados Francisco Küster, Antônio Ceron, Reno Caramori e de tantos outros, agora estamos vendo o sonho se tornar realidade. Por uma questão de justiça, queremos citar aqui também os deputados: Ivan Ranzolin, Fernando Coruja e, de modo muito especial e de saudosa memória, o falecido Adilson Ventura, que também participava daqueles encontros, juntamente com Dirceu Carneiro, Raimundo Colombo e assim por diante.

Por isso, cumprimentamos v.exa. porque vemos realizadas duas obras de muita importância, sendo que poucos acreditavam nelas.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, pelas suas colocações.

Como disse inicialmente, é uma luta de longos anos e de muitas pessoas que se envolveram neste processo para ver a realidade deste grande acontecimento histórico para toda a nossa região, já que será um dos maiores investimentos do estado de Santa Catarina e que certamente trará grandes benefícios.

E agora, com o fechamento para formar o lago, irá se formar uma das paisagens mais bonitas de toda a nossa região. E antes mesmo de ser totalmente inundada, já se tornou um local turístico, onde as pessoas estão apreciando a natureza e aquilo que está acontecendo um todo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Clésio Salvaro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vimos à tribuna nesta tarde de terça-feira para falar de dois assuntos. Primeiro queremos nos referir a um requerimento ao qual demos entrada nesta Casa para parabenizar o hospital São José pela passagem dos seus 69 anos de fundação.

Trata-se de um hospital que tem se confundido com a história e o desenvolvimento não apenas da cidade de Criciúma, mas de toda a região sul. O hospital São José desenvolve diversos serviços nas áreas de ortopedia e de cardiologia, fazendo mais de 1.800 internações mensais, ou seja, todos os meses mais de 1.800 pessoas passam por este hospital. Enfim, como disse, é um hospital que se confunde com a história do desenvolvimento de Criciúma e de toda região. É um hospital parceiro do SUS, atendendo mais de 85% de toda a população.

Então, nesta Casa, na tarde de hoje, será apreciado um requerimento cumprimentando este hospital pelos relevantes serviços prestados à comunidade sul catarinense.

Outro assunto é para enaltecer a pessoa do vereador, do prefeito de Balneário Camboriú por três vezes, do deputado federal, do senador, do líder partidário, do presidente de honra, tio Küster, que é o senador Leonel Pavan. Esta figura é um consenso dentro do partido e por onde nós passamos o povo a aclama como o maior líder do nosso partido. Aquele cidadão do mais distante município da capital do estado, lá do interior, deputado Paulo Eccel, pede para que ele seja o nosso candidato ao governo.

É uma unanimidade, é um consenso o nome do senador Leonel Pavan! É o vice-líder do PSDB em nível nacional, tio Küster, que figura!

Quando ele veio para o PSDB o partido tinha 25 mil, 26 mil filiados e hoje já conta com quase 100 mil. O PSDB é um partido presente em todos os municípios; não existe um único município que não tenha pelo menos um vereador sob a liderança de Dalírio Beber, que faz bela parceria com o senador Leonel Pavan, com os nossos prefeitos - já são quase 30 -, com os deputados estaduais, percorrendo este estado dia e noite e de forma incansável na construção deste grande projeto que é levar e melhorar a qualidade de vida do cidadão catarinense.

Está ali o senador Leonel Pavan. O consenso, a unanimidade dentro do partido certamente dará todo respaldo para que na eleição do ano que vem, de 2006, o partido faça uma grande bancada aqui nesta Assembléia, uma grande bancada de deputados federais, e com certeza teremos o nosso candidato à presidência da República. Que alegria, tio Küster, poder contar com o partido aqui em Santa Catarina aliado ao projeto nacional; ter o Serra, o Alckmin ou Aécio Neves como nosso candidato à presidência da República, e nós aqui no estado dando palanque para o nosso companheiro, mostrando as propostas, o ideal deste partido político do nosso grande líder senador Leonel Pavan, deputado Dionei Walter da Silva, v.exa. que está em um partido contrário ao nosso.

Que bom que em 2006 estaremos, no campo das idéias, mostrando ao Brasil e a Santa Catarina as propostas que o PSDB tem. Sob o comando do nosso líder Dalírio Beber e do nosso maior líder, senador Leonel Pavan, nós estaremos no palanque.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Clésio Salvaro, não queria interromper o seu pronunciamento, mas v.exa. enaltece a figura ímpar do senador Leonel Pavan, homem aguerrido, combativo, polêmico e, acima de tudo, trabalhador leal. Ele é, sem sombra de dúvida, uma grande liderança, o nosso norte, o nosso maior líder, ao lado do incansável presidente Dalírio Beber.

Faço coro com esse partido, pois com certeza absoluta, e eu falo com autoridade de quem viu esse partido com dois filiados apenas em Santa Catarina - Chico Küster e Wilson Souza -, hoje se orgulha de ter milhares, dezenas de milhares de filiados sob o comando da batuta do senador Leonel Pavan.

Meus cumprimentos, meu líder!

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Hoje aqui nós somos seis deputados, mas certamente muitos serão reeleitos e outros eleitos a partir de janeiro de 2007.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB, por até cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputado do PPS que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao P-Sol.

Com a palavra, o deputado Afrânio Boppré, por até cinco minutos.

SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, srs. deputados, eu trago à tribuna uma reflexão a partir da entrevista do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que além de ser uma entrevista muito confusa, pois disse que o governador vai renunciar, mas não sabe se vai-se licenciar, apesar de publicamente ter assumido o compromisso de renunciar. Agora, por interesses políticos do vice-governador, que também quer ser candidato, começa a mudar o tom da conversa.

Mas o que me preocupa e quero aqui deixar registrado, presidente deputado Herneus de Nadal, é com relação à manifestação do vice-governador sobre a Casan. Esse é o assunto que me preocupa, porque ele vai viajar para o Japão nos próximos dias em busca de financiamento para o saneamento em Santa Catarina, e diz que a Casan falhou. Não foi o governo, deputado Celestino Secco! Foi a Casan, ente abstrato, que não é um ser político, que não tem direção, que não tem homens do governo. O ente abstrato, a Casan, falhou! Diz ele que Florianópolis e Criciúma vão sair. A Casan esgotou (de esgoto) o modelo.

Esse negócio de dizer que Florianópolis vai sair é o fim da Casan, deputado Joares Ponticelli! Não é que Florianópolis vai sair; na verdade o governador Luiz Henrique da Silveira promoveu, sem desfaçatez, um plano de êxodo dos municípios da Casan; um êxodo estimulado! O governador Luiz Henrique liderou, silenciosamente, um golpe mortal em uma empresa pública como a Casan.

O que me preocupa é o próprio patrimônio da Casan, que é do povo - elevatórias, redes de esgoto e água, todo o investimento (milhões e milhões de dinheiro dos catarinenses aplicados na área de saneamento) - ser entregue sem o governo defendê-lo. E com a desculpa esfarrapada de municipalizar, o que ele está fazendo? Ele está abrindo a porta para a privatização. Essa é a estratégia arditosa; é uma estratégia de privatização, de desmonte, de enfraquecimento de uma entidade, de um ente como a Casan.

Por isso quero aqui registrar, com veemente repúdio, essa constatação fria e simples do vice-governador: Florianópolis vai sair, Criciúma vai sair! Joinville já saiu. Vejam que são exatamente os municípios onde a coligação tucana-peemedista governa - Joinville, Florianópolis, Criciúma. É onde eles estão assentados, no ponto de vista governamental de município.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Afrânio Boppré, rapidamente, sobre a sua primeira manifestação, sobre essa confusão toda que foi a entrevista do vice-governador e presidente do PMDB, ele deu a entender que o cargo de governador está aí para ser negociado com qualquer um.

Mas tirei uma conclusão - aquilo que eu já havia sentido: o atual governador Luiz Henrique da Silveira não será candidato à reeleição por falta de condições políticas e administrativas. Está configurado nessa entrevista do presidente do PMDB que o governador Luiz Henrique da Silveira já está correndo da raia, não será candidato à reeleição.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Srs. deputados, quero demarcar aqui com uma diferença política substantiva: as políticas neoliberais que estão sendo desenvolvidas em Santa Catarina precisam ter uma postura de oposição que aponte um outro modelo que não esse modelo perverso que nós já experimentamos em várias áreas no Brasil e que agora o governador vem acelerando, colocando o pé no fundo do acelerador porque precisa arrumar as coisas, pois a eleição se aproxima.

Então, sr. presidente, venho à tribuna para demarcar essa diferenciação política; registrar o nosso descontentamento e dizer que vamos mobilizar a sociedade para dizer de maneira diferente qual é o caminho que Santa Catarina tem que trilhar.

Aguardo o desdobramento, sr. presidente, porque teremos também o lançamento da frente em defesa da Casan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, serão arquivadas as seguintes matérias:

Projetos de Lei nºs 0367/2005, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva; 0386/2005, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0393/2005, de autoria do deputado Manoel Mota e outros; 0399/2005, de autoria do deputado Sérgio Godinho; 0412/2005, de autoria do deputado José Carlos Vieira; 0421/2005, de autoria do deputado Nilson Machado; 0424/2005, de autoria do deputado Cesar Souza e Proposta de Sustação de Ato nº 0006/2005, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, por essa informação parece-me que a proposta de sustação de ato foi contrária a alguma coisa. Mas não, ela foi arquivada porque a portaria foi revogada. Eu penso que a chamada está equivocada. Primeiro: não houve parecer contrário; houve, sim, o cancelamento da Portaria nº 137.

Gostaria que o relator, deputado Onofre Santo Agostini, esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Solicito que o relator esclareça ao deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, realmente o deputado Antônio Carlos Vieira tem razão, embora nos autos conste que ela está sendo arquivada porque a portaria foi revogada, e por essa consequência tornou-se inócua.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas não existe parecer contrário.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não há nem ao que recorrer, porque se foi anulada aquela portaria que se pretendia anular, já produziu os efeitos a nossa proposta. Por isso não houve parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência já consultou a assessoria; procede a reclamação do deputado Antônio Carlos Vieira. A matéria não teve parecer contrário: ela foi a arquivo.

A presidência comunica, então, o arquivamento, pela comissão de Constituição e Justiça, da Proposta de Sustação de Ato nº 0006/2005, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, se não me foge a memória, o projeto que cria a semana da tradição gaúcha em Santa Catarina foi arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A memória de v.exa. não fugiu, deputado, realmente a presidência leu. O Projeto de Lei nº 0399/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, institui a semana de tradição gaúcha no estado de Santa Catarina.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário. Se não houver recurso em três dias o projeto vai a arquivo de acordo com o Regimento Interno.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Acho um equívoco, porque a tradição gaúcha em Santa Catarina é um resgate da cultura. É a coisa mais linda que tem Santa Catarina. Se nós não homenagearmos não estaremos no caminho. É um equívoco da comissão de Constituição e Justiça. É evidente que vou entrar com recurso porque não dá para admitir que nós não criemos a semana da tradição gaúcha em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O discurso cabe na CCJ, o recurso em plenário, de acordo com o Regimento Interno.

Atenção, srs. líderes: vamos retornar à pauta. Projetos que haviam, por acordo de líderes, sido retirados, evidentemente que serão votados com calma e havendo acordo de líderes, poderão ser sobrestados e aguardar.

Votação do parecer ao Projeto de Lei nº 0245/2005, de origem governamental, que cria a taxa de vigilância sanitária animal e adota outras providências.

Conta com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Cabe a votação do parecer. Se for mantido o parecer o projeto vai a arquivo; se for rejeitado a matéria volta a tramitar de acordo com o Regimento.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, o secretário Moacir Sopelsa está nos devendo aqui uma visita, que deverá, creio eu, ocorrer na próxima semana, quando nós estaremos idealizando consensualizar um entendimento em torno do projeto, razão pela qual eu requeiro a sua retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância de todos os srs. líderes a matéria deixa de ser votada e aguarda votação em outra oportunidade, de acordo com explanação do líder do governo, deputado João Henrique Blasi.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0242/2005, de origem governamental, que autoriza o chefe do Poder Executivo do estado de Santa Catarina a promover a reorganização administrativa, técnica e societária das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., dispõe sobre o Acordo de Acionistas e sobre o Contrato de Gestão das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc - e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - A bancada do Partido Progressista se retira, e solicita verificação de quórum.

SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Atendendo ao requerimento do eminente deputado Celestino Secco, líder do PP, a presidência solicita a chamada dos srs. deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada por processo eletrônico.)

A presidência registra a ausência dos srs. deputados Afrânio Boppré, Antônio Carlos Vieira, Celestino Secco, Cesar Souza, Dionei Walter da Silva, Francisco de Assis, Joares Ponticelli, Jorginho Mello, José Serafim, Lício Silveira, Nilson Gonçalves, Pedro Baldissera, Paulo Eccel, Reno Caramori, Valmir Comin, Vânio dos Santos, Wilson Vieira e das deputadas Ana Paula Lima e Odete de Jesus.

A presidência comunica que as ausências se devem a adoção de medida regimental pelas bancadas de oposição para obstruir a votação. Fique bem claro que não são ausências ao plenário; são ausências verificadas por obstrução regimental.

Há quórum regimental para a votação da matéria.

Em discussão.

Com a palavra o deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, o projeto de lei chegou nesta Casa em 21 de junho e de lá para cá houve uma série de discussões, troca de idéias e assim sucessivamente. E é bom que os srs. deputados tomem conhecimento da justificativa que o governo do estado fez ao projeto, porque essa justificativa mostra tranquilamente que o governo queria criar uma *holding* e dentro dela uma subsidiária de geração e uma de distribuição.

Quero chamar a atenção que depois dessas discussões é que houve uma série de modificações. Aí chamo a atenção do líder do governo e de seus comandados nesta Casa, no sentido de que essa lei está contrária à Lei nº 10.848, de 2004, que é a lei que regulamenta todo o sistema nacional de comercialização de energia elétrica e que é obrigatória para a mudança societária da Celesc.

Nos arts. 1º a 4º, vejam bem, srs. deputados, essa lei não vai ser aprovada na Aneel. O que foi aprovado aqui hoje não vai ser levado em consideração na Aneel. Conseqüentemente, estaremos votando um projeto de lei inócuo.

Os arts. 1º a 4º são cópias autênticas do projeto de lei original, que tratava da desverticalização da Celesc mediante a constituição de empresas subsidiárias, no caso, uma *holding*, a Celesc Distribuição e a Celesc Geração, bem como a criação de empresa de telecomunicação e comercialização de energia elétrica e participações.

A manutenção da redação desses artigos inviabiliza a desverticalização da Celesc, pois afronta a Lei Federal nº 10.848, em seu art. 8º, § 5º, incisos I, II, III, IV e V, que normatiza as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica, que é o caso agora do projeto de lei, ou do substitutivo do deputado João Henrique Blasi, que vai ser aprovado. Elas não poderão desenvolver atividades de geração, que estaria fora, e transmissão de venda de energia e de participação de outras sociedades de forma direta e indireta. Por quê? Porque quando é retirada a *holding*, quando o projeto retirou a *holding*, quem são as subsidiárias? A Celesc Distribuição e a Celesc Geração. Essas são as subsidiárias.

Como a subsidiária, entendam isso aí, é uma empresa controlada por outra, a qual detém o total ou a maioria de suas ações, automaticamente a distribuidora que tem o atual CNPJ deverá ser a controladora, e isso é vedado no § 5º, inciso I da Lei nº 10.848, que regula o sistema interligado nacional, o SIN. Então, está contra a própria lei que regulamenta o assunto desde o art. 1º ao art. 4º. Portanto, a Aneel não vai poder admitir tal mudança societária. Se a estruturação societária não passa pela Aneel, o projeto substitutivo só servirá para vender os ativos de geração. Só! E isso é fazer um dinheiro, logicamente, para aplicar no objeto precipuo do projeto que veio a esta Casa.

Primeiro, somos de parecer pela rejeição do projeto, pela perda do objeto. Não tem mais objeto! O objeto era a *holding*, totalmente a *holding*, que previa geração e distribuição. Essa era a *holding*; hoje não tem mais! Acabou a *holding*, então acabou o objeto.

Somos pela continuidade do parque gerador da Celesc e das participações societárias do governo do estado, haja vista que o percentual de 6% sobre o consumo da distribuidora (sempre foi dito aqui 3%, mas na realidade ela detém 6%, porque os outros 3% são da usina Machadinho, que é integrante do sistema Celesc) é de fundamental importância para o desenvolvimento e crescimento da economia de Santa Catarina com a resposta da Celesc em sua capacidade de investir em áreas estratégicas.

Somos por uma pesquisa abrangente em outras empresas do setor de energia elétrica. Isso eu fiz, visitei a Copel, consultei outras empresas, a Light, consultei companheiros de outras empresas. E disseram-me que isso não existe. Todas as empresas privadas ou estatais hoje no Brasil estão estendendo os seus negócios. E a Celesc não, ela está encurtando os negócios. Está ficando como mera distribuidora de energia elétrica, ou seja, dona de postes e fios.

O modelo adequado era o que tinha na lei, expandir os negócios da empresa. Isto, sim, é que é pensar em Santa Catarina, apesar de o deputado João Henrique Blasi ter deixado bem claro no seu substitutivo que não tem nada a ver com funcionário da empresa. Estamos falando aqui do ponto de vista legal, deputado Blasi, e economicamente ao estado de Santa Catarina.

Pela contratação dos dois outros tributaristas para avaliarem os custos tributários do modelo societário que envolve uma *holding* e as duas subsidiárias integrais, além das participações de outras empresas, bem como as formas de desembolso e outras informações pertinentes ao caso concreto, nós também somos contrário, porque no fundo eles não chegaram à conclusão nenhuma.

Quanto a essa última empresa contratada, eu não sei o valor exato, mas gira em torno de pouco mais de R\$ 50.000,00, porque o dr. Osiris não faria um parecer desses por um valor menor. E diz ele textualmente que é praticamente uma cópia de tudo o que foi dito aqui na audiência pública.

Nós temos uma solução, deputado João Henrique Blasi, para resolver esse problema: com a interferência da nossa bancada federal na procuradoria federal, porque lá existe um parecer jurídico em favor da não-diferenciação dos tipos de concessão de relativos à geração de distribuição. Por quê? Para que as três opções de comercialização sejam estendidas a todas as novas empresas de geração e distribuição, ou seja, aquele parecer, se for aprovado, se a nossa bancada federal e outras empresas que ainda não tiveram o seu modelo aprovado e se todas as empresas estatais ou privadas agirem dessa forma, poderão usar a sua própria geração para o próprio parque de Santa Catarina até um determinado percentual.

Ora, para nós, para o empresário isso é de extrema importância, porque o nosso quilowatt-hora é muito mais baixo do que o quilowatt-hora que está no mercado. É em torno de R\$ 33,00 para R\$ 100,00! Quem é que vai pagar isso? É a sociedade?

Somos pelo parecer de que nessa última providência estejam inseridas as outras empresas do setor energético em fase de desverticalização, como já falei. E também, apesar da legislação ora apontar para os modelos qualificados pela Aneel, não obsta que haja uma reversão no modelo energético nacional.

Quero dizer que todas as empresas que consultei, disseram: "Deputado Lício, essa lei vai mudar, mantenha a geração dentro das Centrais Elétricas de Santa Catarina, juntamente com as outras subsidiárias."

Chamo atenção, para finalizar, no resumo que fizemos, que a manutenção dos arts. 1º ao 4º da lei, leiam aí, que vão ser colocados em votação, são favoráveis à *holding*. Mas não existe mais *holding*; vai bater com a Lei nº 10.848. Então, na realidade, o que estamos aqui colocando em discussão nada mais é do que uma lei que foi aprovada hoje na comissão de Constituição e Justiça e que vai totalmente de encontro, que fere frontalmente a Lei nº 10.848. E a Aneel não vai ter condições de aprovar.

Infelizmente, já se está esgotando o tempo que tenho. Peço aos senhores que raciocinem bem com relação a esse processo, porque nós vamos inviabilizar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, quero registrar, com muita alegria, o aniversário do nosso companheiro, o grande deputado Cesar Souza, que hoje está colhendo mais uma flor em sua vida.

Parabéns, deputado Cesar Souza!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem, alguns jornalistas fizeram contato comigo, como devem ter feito contato com outros deputados, sei que com o líder de minha bancada foi feito, com o deputado Antônio Carlos Vieira e outros. E eles nos deram conta da decisão do governo de ter ainda ontem acionado o trator para mais uma vez não deixar pedra sobre pedra aqui na Assembléia.

A decisão política da privatização da Celesc foi tomada ontem. Quando cheguei no plenário achei que a decisão não havia sido cumprida à risca, mas na primeira chamada para verificação de quórum já pude perceber que, efetivamente, o governo tinha agido de qualquer sorte, com qualquer método, para garantir apoio para iniciar a privatização da Celesc.

Essa data de 8 de novembro de 2005 ficará registrada nos anais desta Casa e na consciência de cada parlamentar que vai autorizar o início da privatização da Celesc.

Na pressão, no açodamento, sem discussão, este governo está impondo a esta Casa, impondo aos seus... E muito deputado vai votar contrariado, entristecido, mas certamente vai saber explicar para o consumidor. A sociedade catarinense haverá de questionar o porquê. E existe gente que vai ter dificuldades para explicar, especialmente quem até ontem tinha uma posição contrária, especialmente quem até ontem militava no outro lado, e de uma hora para outra, converteu-se, entregou-se, curvou-se e talvez por isso tenha como prêmio uma grande cota de Fundo Social para distribuir.

Como estamos vendo, lá pelas bandas do sul do estado, muito especialmente no extremo sul, para invocar aquele meu pronunciamento de ontem, vamos ter muitas informações interessantes de quem virou o grande distribuidor do Fundo Social, de quem virou o preposto do governador, mais do que o próprio correligionário do governador.

Deputado Manoel Mota, v.exa. tem sido um defensor incansável do governo nesta Casa, mas tem vizinho seu, tem novo adesista ao governo passando v.exa. para trás; portanto, fique atento. A oferta é a seguinte: "Quanto você quer?" Em Laguna, um vereador visitado há poucos dias disse: "Eu não quero nada", mas recebeu como resposta: "Não, mas eu tenho de sobra, leve." Mas são assuntos que virão aqui para discussão.

Quanto àquele assunto anterior, vão ter que explicar para a sociedade catarinense, para o consumidor, que estão permitindo o início da privatização da Celesc. Eu recordo, deputados Celestino Secco, Antônio Carlos Vieira, Valmir Comin, que quando entrou nesta Casa, há três anos, o novo modelo de gestão proposto pelo governo passado, a bancada do PMDB fez discursos belíssimos, inflamados.

A época, eu, na condição de líder do governo compus. Inclusive, deputado Vieirão, v.exa., que era secretário de estado, e o deputado Celestino Secco também tiveram uma participação muito positiva no sentido de que ficasse assegurada a Celesc pública, de que se colocasse todos os impedimentos para impedir a privatização. E agora, este governo, quase no apagar das luzes...

Nobres deputados, o governador uma hora diz que vai renunciar para ser candidato; em outra hora o presidente do partido já não sabe mais se ele vai renunciar. Porque até o cargo de governador está em negócio, até o posto de governador está sendo colocado em negociação. É um escândalo o que está acontecendo! E venda de empresa, é cotação, é oferta de convênio para prefeito mudar de partido, é deputado que muda de partido e vira o rei da subvenção social e do Fundo Social.

Agora, temos a imposição por este governo da privatização da Celesc, do início da privatização. Meu Deus do céu! Eu defendo muito que devemos ter uma posição só; agora, quem fica bandeando assim vai ter que se explicar. Não é possível que o eleitor não cobre, não é possível que o eleitor não tenha consciência. Não subestimemos mais a inteligência do eleitor! Vai ser uma campanha muito interessante a do próximo ano, vai ser uma campanha muito interessante!

Eu estou com a minha assessoria e vou ter que contratar mais uma só para resgatar discursos e comparar a prática de quem agia até três anos atrás de um jeito, dois anos atrás, um ano atrás, enfim. Ah, quantas atas, quantas informações! Que debate bom vai ser o da eleição do ano que vem! Que debate bom, deputado Valmir Comin.

Ah, se aquelas atas de almoço de bancadas falassem! Ah, se elas falassem! Mas estão registradas para dizer o que alguns pensavam daquele que é o grande interessado na venda da Celesc hoje e como estão agindo agora. Vai ser muito interessante esse debate do próximo ano, vai ficar muito bom o debate nesta Casa daqui para frente.

Agora, a sociedade catarinense não vai esquecer o dia 8 de novembro de 2005, o dia em que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através de uma atitude imposta pelo governo ditatorial, através de uma atitude antidemocrática, desrespeitosa ao Parlamento, não permitiu a discussão de um projeto sério, de um projeto decente.

Eu imaginava que fôssemos tratorados, mas não dessa forma, deputado Vânio dos Santos! E vou repetir: há muitos deputados contrariados aqui. Eu vi hoje, na comissão de Constituição e Justiça, e vejo agora, que há deputado que irá votar "sim". Daqui a pouco irá votar contra o povo catarinense, irá votar a favor do início da privatização da Celesc, mas com o coração partido; irá votar dessa maneira porque lhe foi imposta essa posição pelo governo.

Eu lamento muito! Mas nós vamos ter todos os registros à disposição. A sociedade catarinense vai perceber, muito em breve, o mau que está sendo feito por este governo, com o apoio, infelizmente, da maioria desta Casa. Mas esta votação, que é nominal, ficará gravada nesta Casa e haverá de, no próximo ano, quando os efeitos já maléficis dessa privatização começarem a ser sentidos no bolso do consumidor catarinense, ser questionada, porque aí cada consumidor será eleitor.

Em menos de um ano, deputado Paulo Eccel, cada consumidor terá a oportunidade de responder aquilo que será feito aqui hoje; cada um poderá dizer como estará agradecido a esta Casa pela sua posição. E tudo isso por causa da imposição de um governo mandão, de um governo ditatorial, de um governo que está entregando, dilapidando o patrimônio dos catarinenses.

Este dia vai ficar marcado, este dia vai ficar registrado, e eu lamento que isso esteja acontecendo com uma empresa, deputado Francisco Küster, que v.exa. tanto se empenhou para que não fosse privatizada. V.Exa., que foi um dos que mais defendeu a manutenção da Celesc pública, que defendeu a colocação de cláusulas que impedissem a sua privatização.

Confio em v.exa., deputado Francisco Küster. E quero pedir a v.exa., pois foi um grande presidente dessa empresa e tem o meu respeito por isso, que haja como naquele tempo e diga conosco "não" ao início da privatização da nossa Celesc, porque v.exa. se empenhou muito por isso. Esperamos que não tenha mudado de posição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência informa que estão inscritos para discutir os seguintes deputados: Vânio dos Santos, Antônio Carlos Vieira, Wilson Vieira, Afrânio Boppré, Francisco Küster e Paulo Eccel.

Com a palavra para discutir, pela ordem de inscrição, o deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, dirigentes sindicais, companheiros da Celesc que já se encontram aqui, aqueles que estão a caminho, aqueles que nos acompanham pela TV da Assembléia, pelos demais meios de comunicação desta Casa, imprensa e servidores da Assembléia Legislativa, esta é uma matéria de muita importância. Sei que quando v.exa. terminou de ler a lista dos inscritos houve um certo esvaziamento de um lado das bancadas desta Casa, mas é muito importante que possamos estar atentos ao que vai ser votado, aqui, hoje, nesta tarde.

O primeiro argumento que se coloca é de que existe a Lei Federal nº 10.848, que obriga a separação das empresas que trabalham com energia elétrica da parte de geração, da parte de distribuição e que esta...

(Tumulto em plenário)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Prossiga, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O plenário está tranquilo. Não há nenhum problema para v.exa. continuar a discussão. V.Exa. está com a palavra assegurada.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - A Lei Federal nº 10.848 vem tentar resolver a questão, que é acabar com os cartéis que algumas empresas privadas estavam praticando: elas produziam a energia, vendiam para si mesmas, estabeleciam o preço pelo monopólio que detinham em determinada região e operavam a distribuição da energia gerando um lucro abusivo e transferindo o ônus de custos altíssimos da energia elétrica para a população.

Então, não é um argumento propor a privatização da Celesc, não é um argumento dizer que a lei federal obriga a privatização, porque isso não é verdade. Também não é argumento, sr. presidente, propor a privatização da parte de geração da Celesc, baseada na questão do levantamento dos custos apresentados pelo governo do estado para essa cisão, pois ficou demonstrado, aqui, na audiência pública, que aquelas informações não são verdadeiras, não condizem com a realidade. Isso foi utilizado como argumento para convencer a intersindical dos eletricitários, convencer a categoria dos funcionários da Celesc ou parte dela que já se deu conta de que aqueles números são absolutamente irreais e, portanto, não é verdadeiro que custaria muito mais do que o valor das usinas de geração da Celesc, no estado de Santa Catarina, promover aquela cisão.

O próprio deputado Antônio Carlos Vieira, aqui presente, questionava isso de forma muito coerente e bem fundamentada naquela audiência, como também os deputados Lício Silveira, Paulo Eccel, Dionei Walter da Silva e Afrânio Boppré. Eu fiz isso porque naquela audiência pública ficou provado que esses argumentos não se sustentavam.

Mas, estranhamente, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, tínhamos nesta Casa estabelecido um acordo, um procedimento. Chegamos a votar aqui uma moção cujo objetivo era pedir mais prazo à Aneel, a fim de que pudéssemos construir um outro caminho, a fim de que pudéssemos construir um consenso que não passasse por essa proposta de venda, de privatização dos ativos de geração da Celesc.

E não foi à-toa que por unanimidade deputados e deputadas aprovaram uma moção e a Aneel, antes mesmo de irmos a Brasília realizar uma audiência, concordou em estender o prazo até metade do ano que vem, até metade do ano de 2006. E hoje, pela manhã, deputado Paulo Eccel, o governo, surpreendentemente, apresenta novamente o projeto de privatização de parte da Celesc para ser votado em caráter de urgência. Se a Aneel concedeu prazo até metade do ano que vem, por que o governo do estado e a Celesc estão argumentando agora que estão sendo pressionados pela Aneel para que essa matéria seja resolvida?

Ora, sras. parlamentares e srs. parlamentares, a Copel, no Paraná, já promoveu a cisão sem que tenha sido privatizada, seja a distribuição, seja a geração. Deputado Valmir Comin, a Cemig, em Minas Gerais, fez a mesma coisa, adaptou-se à lei federal sem que tenha vendido parte da empresa, seja de distribuição ou de geração. A CEEE, no Rio Grande do Sul, discute esse processo na Assembléia Legislativa debatendo com o governo e com a Oposição, num processo de construção de uma alternativa e que nós poderíamos construir aqui, sim, porque geralmente dizem, deputado Celestino Secco, que a Oposição não tem proposta.

Eu vou fazer uma proposta aqui: se a Eletrobrás detém parte das ações da Celesc, por que não procurarmos a Eletrobrás? E agora a Eletrosul, que está autorizada a voltar a produzir energia, a investir em geração, poderia muito bem ficar, caso fosse esse o entendimento, com a parte de geração da Celesc, mantendo-a pública, como uma empresa federal do mesmo setor. Mas não! O olho do cifrão cresceu. O olho gordo cresceu porque existe algo para privatizar.

Existe uma jóia da coroa que pode ser entregue. Logo, a Celesc, esta empresa lucrativa, que deu quatro bilhões de faturamento no último exercício, mais de 200 milhões de lucro, é a maior contribuinte de ICMS do estado de Santa Catarina. E, paradoxalmente, o governo do estado tinha encaminhado para cá um projeto que não defendia a privatização. Foi de iniciativa da liderança do governo nesta Casa, através de um substitutivo global que propôs a venda das ações da Celesc.

Desta forma, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, empregados e empregadas da Celesc que estão aqui nos acompanhando, cada um de vocês - e a Celesc tem funcionários presentes em todo o estado -, cada um dos seus consumidores, cada cidadão, cada cidadã, quero dizer que estamos aqui, nesta tarde, para cometer, caso isso seja aprovado, um crime de lesa-pátria contra Santa Catarina, contra um de seus patrimônios públicos, contra um dos seus símbolos que tem prestado um serviço relevante, de forma eficiente e de forma competente, a todo o nosso estado.

Apelo, mais uma vez, à liderança do Governo, ao deputado João Henrique Blasi, para que retire essa matéria de pauta que surpreendentemente veio à votação sem que sequer tenhamos feito uma conversa; sem que sequer tenhamos feito, deputado Paulo Eccel,

no colégio de líderes, qualquer tipo de debate sobre o assunto e sem que sequer tenhamos nos esforçado para buscar uma alternativa.

A política de privatização falhou. O Brasil já experimentou a entrega de patrimônio público que não melhorou os serviços, que não resolveu o problema da dívida, que não baixou as tarifas. O que trouxe foi demissão dos seus servidores e prejuízo, piora dos serviços, aumento das tarifas e descaso com a população brasileira.

É necessário aprender essa lição; é necessário não repeti-la e nós temos essa possibilidade, hoje, aqui. O que eu espero é que os deputados e as deputadas da base do governo reflitam sobre isso, porque de nossa parte, sr. presidente, como já fizemos na comissão de Constituição e Justiça, a posição unânime da bancada do PT é de votar contrário a qualquer tipo de privatização, seja da Casan, da Celesc, de qualquer tipo de empresa que tenha o compromisso de prestar serviço público à população do nosso Estado.

Cuidado, governador Luiz Henrique, porque teremos eleições o ano que vem!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência registra, com muita alegria, a presença, nas galerias desta Casa, do prefeito de Xanxerê, Avelino Menegola.

Também esclarece, sem nenhuma pretensão de entrar no mérito da discussão, que a Mensagem nº 906, Projeto de Lei nº 0242/2005, deu entrada nesta Casa e foi lida no expediente no dia 22 de junho de 2005. E estando em regime de urgência, teve seu prazo vencido no dia 6 de setembro, não sendo votado até aqui em função de seguidos acordos de lideranças.

Com a palavra para discutir o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, primeiramente eu diria a v.exa. que o não-cumprimento do Regimento Interno desta Casa cria toda essa celeuma, porque se ele fosse cumprido os 45 dias não ficaríamos só numa comissão. Ficaram só na comissão de Constituição e Justiça. E 16 mensagens do governo deram entrada nesta Casa no dia 27 de outubro, com urgência, urgentíssima, art. 53 da nossa Constituição.

Então, eu apelo a v.exa., desde já, que determine o cumprimento do art. 215, isto é, à comissão de Constituição e Justiça, somente em 20 dias corridos, e às demais comissões, no máximo de três, dez dias para cada uma. Eu peço que o Regimento seja cumprido, para que não ocorra essa situação.

Sr. presidente, eu entendo que a sorte está lançada. O governo tem maioria, sim, para aprovar o que deseja. Só que vão, deputado Manoel Mota - infelizmente o deputado João Henrique Blasi não está aqui presente -, aprovar o projeto errado.

Querem aprovar a venda do ativo, vamos aprovar por maioria! Só que a lei está equivocada, no momento em que juntou o projeto original do governo com o projeto da venda do ativo.

Só para v.exa. verificar, deputado João Henrique Blasi, no art. 2º do substitutivo global, se é esse que vale, também ninguém sabe, porque me parece que somente os nove deputados da comissão de Constituição e Justiça tiveram condições efetivas de apreciá-lo, está o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 2º A reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc ocorrerá através da desverticalização das atividades de distribuição e geração".

Então, se não estão vendendo parte de geração, como é que a Celesc vai ser parte de geração?

Deputado João Henrique Blasi, se o projeto for aprovado como está vai criar as mesmas dificuldades da Lei nº 11.719, a qual se revoga nesta data em que a Aneel não permitiu a aprovação, porque ela previa a geração dentro da Celesc. E esse projeto mantém a mesma situação.

O governo, deputado João Henrique Blasi, tem maioria, hoje, ou amanhã, ou na semana que vem, para aprovar o projeto pela venda do ativo. Então, quem tem maioria ganha, deputada Ana Paula Lima. Só que nós temos que tomar cuidado, deputado João Henrique Blasi, para não aprovarmos uma lei errada. Vamos conversar, vamos esclarecer.

O governo tem maioria absoluta para aprovar a venda do ativo. Ótimo! Vamos aprovar um projeto que estabeleça essas regras de acordo com a Lei Federal nº 10.848.

Eu gostaria de agradecer ao deputado João Henrique Blasi que, gentilmente, há questão de duas semanas, me deu uma cópia do parecer do deputado Osiris de Azevedo Lopes Filho.

Eu gostaria, deputado João Henrique Blasi, de analisar cada um dos itens. Não vou fazê-lo porque sou sincero, conheço Osiris, mas o parecer dele está encomendado. Cada folha custou R\$ 1.000,00. São 60 páginas do parecer e o valor foi de R\$ 60.000,00. E eu tenho aqui um contrato com o Osiris, publicado no Diário Oficial do dia 5 de outubro de 2005. O parecer de Osiris custou R\$ 60.000,00. Como o parecer tem 60 páginas, deputado Onofre Santo Agostini, ele custou mil reais por página.

Como há algumas citações nessas 60 páginas, que é uma cópia da análise da consultoria anterior, que examinou e mandou para cá o projeto original, eu diria que para uma conclusão naquilo que o governo do estado deseja, que é a venda dos ativos, sem explicar quanto vai custar, primeiro, ele analisa a empresa *holding* e analisa a cisão.

Então, hoje o dr. Osiris chega à conclusão de que a cisão é melhor do que a *holding*. Este é o parecer dele. Portanto, eu estava certo quando dizia que o melhor dos caminhos era a cisão.

O governo parte para a venda dos ativos. A Lei nº 11.719, de 19 de maio de 2001, que agora se pretende a sua revogação e que, originalmente, tentou fazer a desverticalização da Celesc, tem uma emenda de autoria do deputado João Henrique Blasi, da bancada de Oposição, estabelecendo que Celesc e geração não seria absolutamente privatizada nem negociada; teria de ser uma empresa pública. Agora vai ser vendida!

Volto a insistir, deputado João Henrique Blasi: quem tem maioria leva! Quem tem maioria aprova! Se o governo, se a maioria dos deputados desta Casa, se metade mais um é pela venda dos ativos, com o que eu não concordo porque é uma lesa-pátria, é uma lesa a Santa Catarina, é uma lesa aos catarinenses, é uma lesa aos nossos descendentes e antecessores... Tanto o anterior como o posterior nós estaremos prejudicando! Eu gostaria que fosse prejudicado sem prejudicar a Celesc.

O projeto como está sendo aprovado comete erros gravíssimos, deputado Paulo Eccel, que não vão ser solucionados com explicação; vão ter que ser solucionados com uma nova lei, deputado Pedro Baldissera. E fazemos uma colocação ao deputado João Henrique Blasi: vamos acreditar no parecer do dr. Osiris, que custou R\$ 60 mil, e que a venda do ativo seja mais negócio para a Celesc. Mas

ele parte da premissa de que esta já foi uma decisão do governo; ele diz que vai apreciar a posição final do governo, no sentido da venda dos ativos de geração.

Mas faço um apelo: na proposta de vender, deputado João Henrique Blasi, os senhores têm a maioria! Vamos aprovar, deputado Antônio Ceron, pela maioria, mas com um projeto que não crie problemas para a Celesc nem para Santa Catarina no futuro, porque a Aneel não vai aprovar o projeto como está porque ele possui erros. Ela mesmo já prevê: ocorrerá através da desverticalização das atuais distribuição e geração... Isto é, se está vendendo a parte de geração, como é que ela vai manter a situação das atividades de geração? E vai criar mais duas empresas - e está proibido pela Lei nº 10.848!

Então, ela é totalmente irregular, totalmente contra a Lei nº 10.848, que criou toda essa celeuma.

Quero dizer a v.exas. que o sindicato é culpado por muito disso que está acontecendo. Inclusive, eu disse na audiência pública para um amigo meu que é dirigente sindical: "Vocês estão em cima do muro; vocês, mais tarde, vão se arrepender!" O problema todo é que este substitutivo global tem mais problemas do que o projeto original, porque cria essa dicotomia e vai criar um problema lá na frente para a própria Celesc e o governo de Santa Catarina. Há risco de perder a sua concessão.

Evidentemente que esse substitutivo global não terá o meu voto, mas tenho certeza de que todos aqueles deputados, pessoas de bem... E aqui não há ninguém que não tenha cabeça, que não tenha memória e não tenha experiência suficiente... E apelo ao deputado João Henrique Blasi para que, com toda a sua experiência, já que é deputado há mais tempo do que eu nesta Casa... Outro dia disseram-me que, como sou deputado de primeira Legislatura, não podia me manifestar muito com relação aos deputados que tinham mais de uma Legislatura.

Mas eu faço sempre esta provocação, deputado João Henrique Blasi, com o objetivo de corrigir possíveis erros. Vamos evitar, pelo menos, um erro maior, que é o de legislação. Não sei se v.exas. verificaram, mas foi publicada, recentemente, uma lei complementar aprovada aqui nesta Casa na qual dissemos que é proibida a contratação de funcionários da União. Então, no apressamento, há erros de redação!

Faço um apelo para que o deputado João Henrique Blasi... O objetivo é a aprovação, deputado João Henrique Blasi, e v.exas. têm maioria. E logo em seguida será apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 0009/2005 que vai ter de ser corrigido também, porque lá dentro diz geração e distribuição, criando essa dificuldade.

Faço um apelo veemente e, sr. presidente, o meu apelo final é a v.exa. para que esses 16 projetos do governo do estado, todos com regime de urgência, nos termos do art. 215 do Regimento Interno, possam ser analisados por todas as comissões.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência solicita ao presidente da CCJ o cumprimento do Regimento Interno, conforme solicitado pelo deputado Antônio Carlos Vieira, bem como o acompanhamento dos srs. líderes em relação à tramitação da matéria.

Continua em discussão.

Estão inscritos ainda, pela ordem, os srs. deputados Wilson Vieira, Afrânio Boppré, Francisco Küster, Paulo Eccel e Romildo Titon.

Com a palavra o deputado Wilson Vieira para discutir a matéria por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder e telespectadores da TVAL, outras vezes eu já me reportei ao Plano 15 com relação às ações do nosso governo e o que ele prometeu por ocasião da sua campanha.

Quero aqui ler o item 14 do Plano 15, na página 18, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"14. ENERGIA . Priorizar a geração energética, pela Celesc." Ora, priorizar não é sinônimo de privatizar.

"Apoiar iniciativas no sentido da utilização do carvão mineral catarinense." Até agora não se viu nenhuma iniciativa nesta área.

"Melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica em todas as regiões do Estado." [sic]

Todos sabemos que, quando se privatiza, naquelas regiões que não dão lucro não há investimentos da iniciativa privada. A iniciativa privada só investe onde dá lucro. Portanto, dizer que vai melhorar o fornecimento de energia elétrica em toda as regiões do estado é uma falácia, uma mentira, e não dá para aceitar este tipo de situação.

(Continua lendo)

"Eliminar o déficit de atendimento existente na área rural." Esta é outra falácia. A iniciativa privada não vai levar rede para a zona rural com prejuízo. Somente se obtiver lucro ou se o estado fizer a compensação financeira.

"Buscar a redução dos custos do transporte de gás boliviano em articulação com os demais estados da região, com o objetivo de reduzir seu custo para os consumidores finais." Isso só ficou na promessa e até agora não foi realizado nada.

"Viabilizar a construção de um gasoduto proveniente da Argentina, cortando o estado de oeste a leste e beneficiando as regiões oeste, meio-oeste e planalto serrano, inclusive com a construção de uma usina termelétrica no meio-oeste." [sic]

Então, são coisas que foram prometidas pelo governador por ocasião da eleição, quando ele publicou o chamado Plano 15 e assumiu um compromisso com o povo catarinense. Mas até agora não fez nada. Ao contrário, está revogando o que prometeu, propondo a privatização que é contrária a tudo isso que foi escrito neste Plano 15.

Talvez, deputado João Henrique Blasi, o governador tenha uma explicação sobre isso. Por que essa mudança radical? Era uma postura, um compromisso, uma promessa ou um calote eleitoral? Por ocasião da eleição, mudou-se toda uma postura, dando o calote eleitoral no eleitor catarinense. Aqui está muito claro que toda proposta não tem nada de privatização; como eu disse no começo, priorizar não é sinônimo de privatizar. É bem diferente! Fica bem claro, quando se fala em zona rural, que iniciativa privada não investe em zona rural porque ela dá prejuízo.

Um outro aspecto que quero levantar é sobre o sucateamento das 13 usinas pequenas - se não me engano é este o número - que pertencem à Celesc. Ao invés de ser feito um trabalho para potencializá-las para gerar mais energia, mais lucro e assim poder baratear a energia para o consumidor do nosso estado, não se fez nada! Deixou-se sucatear e perder o pouco que elas produziam. Na verdade, gostaria de estar discutindo aqui a potencialização destas usinas, o investimento que elas teriam que fazer para poder garantir a energia mais barata para o povo de Santa Catarina.

Outra questão que quero levantar ainda, e que mostra, claramente, a intenção de o governo privatizar, é o tratamento que ele tem dado ao projeto da Casan e que já vem com princípios de privatização. Vamos ter que combater também esta questão porque entendemos que o caminho não é a privatização, que o caminho não é entregar todo o patrimônio público construído com o nosso dinheiro a qualquer da iniciativa privada.

De tal forma que o estado vai perdendo o seu patrimônio, vai perdendo a condição de ter o seu lucro, o seu ganho. E quem é prejudicado é o cidadão catarinense, que perde na qualidade de serviço.

Nós estamos aí com a telefonia mostrando o que é a privatização, mostrando o péssimo serviço e o péssimo atendimento que a telefonia dá para o cidadão brasileiro. E Santa Catarina não foge à regra, mostrando o que é a privatização.

Na verdade, hoje, ao ligarmos para fazer uma reclamação ou tirar uma dúvida, falamos com 15 pessoas diferentes, a maioria gravações, sem resultado algum. É exaustivo querer fazer uma reclamação sobre a telefonia, hoje, no Brasil ou em Santa Catarina.

E da mesma forma vamos continuar passando por isso, se for privatizada a geração de energia em nosso estado, além de aumentar o custo, porque a iniciativa privada sempre tem que obter lucro. E aí terá que agregar o valor de reajuste nas tarifas para obter o lucro que ela deseja, por conta do investimento que fará na compra das empresas de geração da Celesc.

Mas, para encerrar, eu gostaria de dizer mais: provavelmente tudo o que está escrito neste plano de governo, da página 2 em diante, não tem validade nenhuma, até porque o governo tem cumprido muito pouco deste plano e tem feito as coisas ao contrário do que propôs aqui, dando o calote eleitoral no eleitor catarinense.

E mesmo assim creio que não tem validade nenhuma, deputado Joares Ponticelli, porque a assinatura está no começo do livro e as promessas vêm depois da assinatura. Provavelmente, a assinatura não foi colocada no final para não ter o compromisso de que realmente estaria agindo corretamente.

Então, isso deve ser o principal motivo pelo qual eles não cumprem aquilo que prometeram, deixando clara a posição do governo de privatizar tudo o que for possível.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. conseguiu um exemplar do Plano 15 que tenha conteúdo, que tenha alguma coisa escrita? Deve ser o único, então, porque aquele que ele colocava e tirava no bolso todos os dias durante a campanha só tinha a capa! Por tudo aquilo que vimos deste governo, por tudo aquilo que ele dizia que tinha de milagres dentro deste livrinho - e nada aconteceu -, podemos afirmar que não tinha conteúdo nenhum! Eram folhas em branco!

Agora, se v.exa. conseguiu um que tem alguma coisa escrita e que assim mesmo não está sendo cumprido, isto demonstra que este governo não cumpre aquilo que assina e que, portanto, não é digno de credibilidade e de confiança. E hoje, ao iniciar o processo de privatização da Celesc, deixa isto claro mais uma vez.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Obrigado pelo aparte.

Gostaria de dizer que me chamou a atenção o fato de a assinatura estar no começo do livro e não no final. Isto é uma demonstração de falta de compromisso do governo, quando da sua campanha com o povo catarinense.

Agora, é bom que o catarinense saiba exatamente o que foi colocado aqui por ocasião da campanha, e que agora está sendo feito o contrário. Está sendo feita uma proposta diferente e diversa desta que está colocada aqui.

Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão o Projeto de Lei nº 0242/2005.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Afrânio Boppé, por até dez minutos.

Comunicamos que ainda estão inscritos os deputados Francisco Küster, Paulo Eccel, Romildo Titon e Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente e srs. deputados, entendo que este dia, 8 de novembro de 2005, está para entrar no calendário desta Assembléia Legislativa como uma data triste e ao mesmo tempo inusitada.

Fez bem o deputado Antônio Carlos Vieira ao lembrar que no governo passado, quando fui discutir o chamado modelo de gestão das Centrais Elétricas de Santa Catarina (ao qual eu me envolvi, participei, juntamente com um conjunto de funcionários, de congressos, debati neste plenário e assumi uma posição), eu desferi críticas profundas ao então governador Esperidião Amin. E lá eu já dizia que a Assembléia Legislativa não poderia assumir uma estratégia de privatização das nossas empresas estatais, sobretudo a Celesc.

Aqui na Assembléia Legislativa, o deputado Joares Ponticelli era líder do governo à época e sabíamos que o governo também tinha maioria. Naquela época, a nossa bancada era composta por cinco parlamentares, dentre eles a deputada Ideli Salvatti, e criamos um clima de discussão, olhando para o patrimônio público. E desse clima de discussão participei, com liderança, o deputado João Henrique Blasi, como proponente de uma emenda para não permitir a privatização de um dos setores da chamada *holding* da Celesc - porque a privatização era suspeita. E o deputado João Henrique Blasi, então, apresentou uma emenda que foi acolhida em plenário, devido a um acordo do qual participaram os próprios deputados do governo.

Então, deputado João Henrique Blasi, quis a história que v.exa. - e inclusive v.exa. participou da discussão quando houve uma tentativa, um afã do governador Esperidião Amin de fragilizar a nossa empresa pública -, hoje, numa situação inversa, líder do governo Luiz Henrique da Silveira, protagonizasse uma sessão que vai abrir um precedente, uma picada, um caminho pela privatização da nossa Celesc.

Hoje, 8 de novembro de 2005, é uma data triste para a Assembléia Legislativa, deputado João Henrique Blasi, porque lembro do dia que em aqui foi desarmada uma comissão de deputados estaduais que iria a Brasília conversar com o ministério das Minas e Energia e com a Aneel para pedir um maior prazo e assim termos mais tempo para discutir o que fazer com a Celesc. Quando chegou ao plenário a notícia de que a Aneel havia baixado uma resolução dando para Santa Catarina mais um ano - isso foi em setembro - para que consumasse a sua exigência de desverticalizar a Celesc, foi efusivamente aplaudida. Nós comemoramos a notícia aqui, mas pelo jeito desagradado ao governador Luiz Henrique da Silveira. Aquela pressão que fizemos, aquele debate, as audiências públicas desagradaram ao governador, pois dispensou o prazo generoso que a Aneel nos deu.

De duas uma: ou o governador é preguiçoso, malandro porque não quer colocar sua equipe para trabalhar durante um ano para calcular alternativas ao nosso patrimônio público ou, já tenho dito e acredito que seja a segunda opção, ele está de corpo e alma, de mente e idéias convertido para o que tenho denunciado nesta Assembléia Legislativa, que é o câncer da humanidade ao ideário neoliberal - o governador não só é um neoliberal como tem pressa na agenda de neoliberalizar em Santa Catarina; ele quer neoliberalizar em Santa Catarina.

Nós fizemos uma luta popular com os sindicatos, com o movimento popular para resistir, e dizíamos: olhem o Paraná, São Paulo, os estados do Brasil e vejam como a agenda neoliberal retardou, não chegou ainda em Santa Catarina. Mas o governador Luiz Henrique da Silveira colocou o pé no acelerador. Ele tem que fazer a privatização; ele tem que atender àqueles que estão no mercado, ávidos, com a boca e os braços abertos para abocanhar o setor de geração da Celesc, porque é uma agenda eleitoral. Ele tem que responder às eleições.

Lamento que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina se torne um apêndice do processo da estratégia eleitoral do governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, já estou com a ata da sessão do dia 18 de dezembro de 2001 em mãos. Tem pérolas aqui do deputado Herneus de Nadal, da ex-deputada Ideli Salvatti, de v.exa., do deputado Ronaldo Benedet.

Mas quero fazer reflexão sobre uma frase do eminente líder do governo João Henrique Blasi que aqui está registrada.

(Passa a ler)

"Preocupa-nos, contudo e sobretudo, preocupa-nos principalmente o fato de que promovida a cisão nos termos de que o projeto venha para esta Casa uma área substancial, uma área estratégica da empresa, vale dizer, a geração, deixará de ser estatal para poder vir a ser privatizada.

É com esta preocupação e com compromisso do PMDB, contrário à privatização de setores estratégicos da economia, que nós apresentamos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça uma emenda para manter, a exemplo da *holding* que iria cuidar ou que vai cuidar da distribuição e da comercialização, também a geração, para que estas duas atividades continuem sob o comando do Estado, tendo nesta área maioria do controle acionário."[sic]

Este foi o discurso, infelizmente muito diferente da prática do mesmo governo do PMDB.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Joares Ponticelli, 8 de novembro de 2005: quis a história que o deputado João Henrique Blasi - associei-me a ele naquela luta - saísse na condição de socorrista da Celesc, vez que estava ameaçada pelo processo de privatização que pretendia o governador Esperidião Amin, para no dia de hoje assumir uma condição de algoz de um setor estratégico, como é o de geração da empresa.

Quero deixar claro aqui o meu posicionamento a respeito de uma concepção porque nós temos que assumir concepções para fazer acontecer no dia-a-dia, a exemplo de um engenheiro que projeta uma ponte: primeiramente ele concebe, depois põe na prancheta e depois executa.

Qual é a concepção de patrimônio público, de estado, de investimento em infraestrutura que nós deputados temos? O deputado João Henrique Blasi teve uma concepção e hoje mudou. É esse o debate que queremos fazer, e não é um privilégio do deputado; é do PMDB, é do governo neoliberal de Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, srs. deputados, todos os que nos acompanham, servidores da Celesc, representantes da imprensa, aqueles que nos acompanham de suas casas, um ano atrás, sr. presidente, neste plenário vazio, talvez como está neste momento, realizávamos uma reunião, e essa mesa estava repleta de autoridades da Celesc - técnicos, engenheiros e o presidente à época - para falar da necessidade de a empresa se adaptar às regras nacionais do sistema elétrico do Brasil. Informava na época o então presidente que em breve a empresa remetia à Assembléia Legislativa um projeto de lei, pois naquele momento, segundo ele, ainda não estava pronto e que, como simplesmente era uma adaptação às regras da legislação federal, às exigências federais, que fosse votado com a maior brevidade possível. Isso foi há um ano, em novembro do ano passado.

A partir daí passamos a aguardar a chegada do projeto, e naquela oportunidade já havíamos solicitado cópia, e, repito, o presidente da Celesc de então informou que não existia texto de projeto ou anteprojeto naquela ocasião. Passaram os meses de novembro e dezembro, veio a convocação extraordinária, entrou fevereiro, e lá no final de junho, exatamente no dia 22 de junho deste ano, chegou aqui a primeira versão do projeto de lei, e na tentativa de o governo do estado votar apressadamente até o dia 30 de junho deste ano. E houve, sim, um esforço, à época, da base governista para que o projeto fosse aprovado até o dia 30 de junho, mas num esforço das bancadas de Oposição houve a negociação para que o projeto voltasse a ser rediscutido no segundo semestre. Iniciamos o segundo semestre e assim passou-se às discussões.

Faço questão de destacar todos esses passos para enaltecer o processo até este momento e dizer que lamentavelmente a Celesc poderia ter encaminhado o projeto para cá. Certamente não houve acordo em alguns percentuais e por isso a Celesc demorou a remeter o projeto para a Assembléia Legislativa, chegando apenas no final do primeiro semestre. E, como bem lembraram os vários deputados que se manifestaram anteriormente, conseguimos mais prazo. Inclusive vibramos, naquela tarde, com a notícia da Aneel de que teríamos mais um ano para fazer as adaptações às exigências da eventual legislação federal.

Pois bem, desde sexta-feira passada estamos sendo informados através da imprensa, por notas emanadas da Assembléia Legislativa, que esse projeto hoje viria à votação. Inicialmente, imaginei que fosse algum engano de informação, porque na semana passada, na reunião de líderes, esse projeto foi colocado como um dos que seriam votados na semana passada, mas não houve acordo! E não houve acordo, em nenhum momento, naquela reunião de líderes que esse projeto viria para cá no dia de hoje para ser votado!

Falo isso para dizer que há, sim, disposição das bancadas da Oposição no sentido de buscar uma alternativa, mas que ela seja mais adequada para os interesses de Santa Catarina e que nós precisamos, e esta é a função do Parlamento, esgotar o diálogo, a possível negociação para que possamos ter um projeto que represente o consenso entre os parlamentares.

Agora, essa atitude tomada pelo governo, deputado Dionei Walter da Silva, no dia de hoje, mostra que ele não tem interesse, não tem disposição para o diálogo, pois trouxe os deputados da sua base de forma maciça para votar no dia de hoje sem qualquer preocupação com o conteúdo do projeto.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Paulo Eccel, quero cumprimentá-lo pelo discurso em defesa da Celesc e dizer que efetivamente um governo que se diz democrático, que respeita o Parlamento, não faz o que fez este governo. Como bem disse v.exa., no ano passado esteve aqui a direção da Celesc dizendo que o projeto estaria vindo. Passaram-se mais de seis meses e agora o enviaram a toque de caixa. Houve a prorrogação, por mais um ano, por parte da agência reguladora, mas sequer um mínimo de diálogo efetivamente aconteceu entre os parlamentares.

Para enriquecer o seu pronunciamento, vou ler uma fala do então deputado Ronaldo Benedet, hoje secretário da Segurança Pública, contrário a esse projeto, na época encaminhado pelo governador Esperidião Amin.

(Passa a ler)

"Quero deixar bem clara a minha posição. Quem estiver votando favorável a esse projeto estará votando favorável ao projeto lesa-pátria! Antipatriótico, contra os interesses do povo de Santa Catarina!

[...]

Porque os interesses do povo de Santa Catarina é garantir um patrimônio ao povo catarinense. E que patrimônio é esse? É um patrimônio de geração e de distribuição de energia elétrica, que é poupança forçada do povo todos os meses. E para mim, economia cartorial e poupança forçada só devem estar na mão do estado, porque a poupança forçada deve voltar ao povo em forma de benefícios.

Este é o nosso posicionamento, ou seja, é o que queremos trazer e deixar marcado nos Anais desta Casa para que não parem dúvidas para os nossos filhos e netos, no futuro, deste Estado e deste País.

Fica o nosso posicionamento contrário a este projeto absurdo, entreguista e contra o povo de Santa Catarina."[sic]

Essa era a posição, deputado, do PMDB na época, contrária a esse projeto encaminhado pelo então governador Esperidião Amin, mas hoje, pelo que se viu, mudou totalmente; sequer diálogo quer porque enfia a toque de caixa, em regime de prioridade, métodos utilizados por regime autoritário e quer enfiar goela abaixo nos parlamentares.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Dionei Walter da Silva, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Quero dizer que o que está acontecendo no dia de hoje aqui na Assembléia Legislativa, por parte do governo do estado, é um verdadeiro deboche ao povo de Santa Catarina, porque hoje pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, esse projeto foi o último a ser votado. Os deputados que integram a comissão de Constituição e Justiça, e são da base do governo do estado, votaram a favor da privatização da geração de energia aqui em Santa Catarina.

O mais incrível é que estávamos às vésperas de discutir, nesta manhã também, o projeto que mexe na questão da privatização da telefonia no Brasil e que trata da questão da tarifa básica de telefonia, que teve veto oposto e mantido aqui pelos deputados da base do governo, impedindo o fim da tarifa básica de telefonia.

Então, é venda da Celesc; venda de geração de energia da Celesc; veto ao projeto que acaba com a tarifa básica de telefonia; privatização da água, porque brevemente deveremos aqui votar a política estadual de recursos hídricos, que na realidade vai privatizar a água em Santa Catarina, fazendo com que todas as pessoas, desde aquele que bebe água de torneira da sua casa até o que utiliza a água na produção, na lavoura, pague por ela. É uma espinha dorsal, uma coluna vertebral com a marca neoliberal, com a marca dos vendilhões.

Qual é o objetivo do projeto neste momento? Será que o objetivo é realmente adaptar a Celesc às exigências federais? Será que

o objetivo, quem sabe, não seria fazer caixa para a campanha do próximo ano? Será que o objetivo não seria, eventualmente, honrar os compromissos do todo poderoso, do salvador da pátria, o Fundo Social de Santa Catarina, que resolverá todos os problemas catarinenses, e que já deve ter três metros de convênios assinados e trinta centímetros de recursos arrecadados?

Certamente são indagações que o tempo vai responder. Agora, fica claro para Santa Catarina, e o estado não poderá esquecer isso no próximo ano, que se a Celesc for privatizada a responsabilidade é deste governo estadual; se a tarifa básica de telefonia for mantida em Santa Catarina a culpa é deste governo estadual; se a água for privatizada é culpa deste governo estadual e de todos os deputados da base de apoio ao governo aqui na Assembléia Legislativa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não avendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Julio Garcia, eu gostaria que houvesse verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento de v.exa. será atendido.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peço a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação, os sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, valendo-me deste espaço até para fazer um encaminhamento, quero dizer a v.exa. que todo esse trabalho, toda essa discussão, todo esse debate que se trava, talvez não fosse necessário, se não tivesse ocorrido a gestação e a criação de um novo modelo para o setor elétrico, o que ocorreu, o setor elétrico foi dividido em geração, transmissão e distribuição.

Com o advento desse novo modelo criou-se o clima para o tão combatido processo de privatização e, principalmente, do setor de geração. E aí o agente regulador, através da lei, fixou um prazo para que as empresas se adequassem ao novo modelo, surgindo a necessidade da desverticalização, o que estamos procedendo neste momento - autorizando na letra da lei o processo de desverticalização das Centrais Elétricas de Santa Catarina. Sem o que a empresa... (Tumulto no plenário)

Débeis mentais, débeis mentais! Teatro dos débeis mentais... Precisam de uma camisa-de-força! Onde está o sindicato? Meia dúzia de gatos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - A presidência pede a todos que tenham calma na solução do impasse. Pedimos a todos que tenham calma na condução, tanto de parte dos srs. policiais quanto dos participantes do movimento, para que possamos resolver da melhor maneira.

A presidência suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Srs. deputados, devido à falta de condições para continuarmos deliberando, a presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 18 horas.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EMENDA CONSTITUCIONAL

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 42, de 08 de novembro de 2005

Altera o art. 77, o art. 78, o art. 80, o art. 81, o art. 83, o art. 88, o art. 89, o art. 91, o art. 96, o art. 98, o art. 99, e o art. 100, da Constituição do Estado.

Art. 1º Os dispositivos constitucionais a seguir discriminados passam a vigorar, alterados ou acrescentados, com as seguintes redações:

“Art. 77.....

V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; (NR)

Art. 78.....
I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso de provas e títulos, com a participação da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (NR)

II -
c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (NR)

d) na apuração por antigüidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (NR)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão. (NR)

IV - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (NR)

V - o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça corresponderá a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do estabelecido para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Os demais subsídios mensais da magistratura serão fixados com diferença não superior a dez, nem inferior a cinco por cento de uma para outra categoria da carreira, não podendo, a qualquer título, exceder aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 37, XI, da CF); (NR)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, da Constituição Federal; (NR)

VII - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal de Justiça; (NR)

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa; (NR)

IX - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas 'a' a 'e', do inciso II; (NR)

X - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade; (NR)

XI - as decisões administrativas do Tribunal de Justiça serão motivadas, e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; (NR)

XII - no Tribunal de Justiça, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do Tribunal Pleno; (NR)

XIII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e Tribunal de Justiça, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; (NR)

XIV - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (NR)

XV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; e (NR)

XVI - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. (NR)

Art. 80.....
Parágrafo único.....

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; e (NR)

V - exercer a advocacia no juízo ou no Tribunal de Justiça do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. (NR)

Art. 81.....

§ 4º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (NR)

§ 5º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito. (NR)

§ 6º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça. (NR)

§ 7º Se o Presidente do Tribunal de Justiça não encaminhar a proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º. (NR)

§ 8º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá ao ajuste necessário para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. (NR)

§ 9º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (NR)

Art. 83.....

IV.....

c) a criação e a extinção de cargos e a fixação dos subsídios dos magistrados e dos juízes de paz do Estado, e os vencimentos integrantes dos serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados; e (NR)

XI.....

b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os secretários de Estado, salvo a hipótese prevista no art. 75, os juízes e os membros do Ministério Público, os prefeitos, bem como os titulares de fundações, autarquias e empresas públicas, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (NR)

XII - julgar, em grau de recurso, as causas decididas em primeira instância, bem como a validade de lei local contestada em face de lei estadual ou desta Constituição. (NR)

Parágrafo único. Caberá à Academia Judicial a preparação de cursos oficiais de aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento, e à Escola Superior da Magistratura a preparação para o ingresso na carreira. (NR)

Art. 88.

§ 3º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, com o fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (NR)

§ 4º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. (NR)

Art. 89. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias. (NR)

Art. 91. A organização e distribuição da competência, a composição e o funcionamento dos Juizados Especiais de causas cíveis de menor complexidade e de infrações penais de menor potencial ofensivo, bem como das respectivas Turmas de Recursos, serão determinados na lei de organização judiciária. (NR)

Art. 96.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação, em sua realização, da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (NR)

§ 4º Os membros do Ministério Público deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. (NR)

§ 5º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto nos arts. 78 e 80, parágrafo único, inciso V. (NR)

§ 6º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. (NR)

Art. 98.

§ 1º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, conjuntamente com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

§ 2º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º. (NR)

§ 3º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para o fim de consolidação da proposta orçamentária anual. (NR)

§ 4º Durante a execução orçamentária do exercício não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (NR)

Art. 99.

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, integrante de sua estrutura, por voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; e (NR)

III - irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 23, III, desta Constituição e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III e § 2º, I, da Constituição Federal. (NR)

Art. 100.

VI - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. (NR)

Art. 2º O Tribunal de Justiça do Estado e o Ministério Público do Estado proporão as adequações necessárias ante as disposições desta Emenda à Constituição do Estado, na legislação infraconstitucional cuja iniciativa legislativa lhes é constitucionalmente reservada.

Art. 3º Enquanto não formalizadas as varas previstas no art. 89, o Presidente do Tribunal de Justiça designará Juizes de Direito, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 08 de novembro de 2005

Deputado Julio Garcia

Presidente

Deputado Herneus de Nadal - 1º Vice-Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Vice-Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1124

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º Do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei complementar que "Institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar", vetando, contudo, o parágrafo único do art. 1º e os §§ 1º e 2º do art. 3º, por serem inconstitucionais.

Os pareceres da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e da Polícia Militar, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 28 de outubro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/05

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 3594.4/GABS/SSP Florianópolis, 13 de outubro de 2005.

Exmo. Sr. JOÃO BATISTA MATOS

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 2495/DIAL-GEMAT, que encaminha cópia do autógrafo de Projeto de Lei Complementar que "Institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar", para exame e parecer técnico a respeito da matéria, apresento as considerações seguintes.

A Constituição da República estabelece como competência privativa da União legislar sobre **normas gerais de organização, efetivos, material bélico**, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares (inciso "XXI" do art. 22).

Assim, o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, no seu art. 8º, define a hierarquia nas mencionadas instituições da graduação de Soldado ao posto de Coronel.

Ocorre que o epígráfico autógrafo de Projeto de Lei Complementar cria na escala hierárquica do pessoal da Polícia Militar a figura do "Agente" (Parágrafo único do art. 1º).

Extratase que o Decreto-Lei nº 667/1969 permite aos Entes Federados a supressão, na escala hierárquica, de um ou mais postos ou graduações das previstas na norma (alínea "b" do § 2º do art. 8º), contudo, não faculta a criação.

A criação do servidor denominado "Agente", além de inviabilizar a aplicação da Lei Complementar a vigor, é totalmente inconstitucional. O Estado está invadindo competência privativa da União ao legislar sobre matéria de modo não autorizado pelo ordenamento jurídico pátrio.

No mesmo sentido, respeitando a competência privativa da União prevista no inciso XXI do art. 21 da Carta Magna, o Estado deve se abster de legislar sobre o uso armas na Polícia Militar, até por que já existe normas federais versando sobre a matéria (Lei 10.826/2003 e 10.029/2000).

Pelo exposto, sugere-se que sejam vetados no autógrafo de Projeto de Lei Complementar em exame, por conterem vício de constitucionalidade insanável, o parágrafo único do art. 1º, que cria a figura do "Agente" na polícia militar (com repercussão nos demais artigos que mencionam a figura do "Agente"), e os §§ 1º e 2º do art. 3º, que tratam de vedação e autorização, respectivamente, para o uso de armas pelos preditos "Agentes".

Atenciosamente,

Dejair Vicente Pinto

Cel PM RR - Diretor Geral

Ronaldo José Benedet

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Ofício nº 905/Cmdo-G/05 Florianópolis, 07 de outubro de 2005.

Excelentíssimo Senhor

RONALDO BENEDET

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Com as minhas respeitadas saudações, dirijo-me a V. Exa. para apresentar cópia do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar Nº 0015/2005, que institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar.

O Autógrafo aprovado traz conflito com a Legislação Federal no Parágrafo único do Art. 1º, e parágrafo 1º e 2º do Art. 3º.

Com referencia ao parágrafo único do Art. 1º, há conflito com o Dec. Lei 667, de 2 de julho de 1969, especialmente no Cap. III, Art. 8º onde estabelece a Escala Hierárquica do pessoal das Polícias Militares, onde não há previsão na referida escala de qualquer "Agente", sendo este Dec. Lei, recepcionado pela Constituição Federal, especialmente no que trata Art. 22 inciso XXI.

Quanto ao Parágrafo 1º e 2º do Art. 3º, além da ilegalidade já aludida no parágrafo anterior, há também que ser mencionado que o mesmo assunto já se encontra regulado pela Lei Federal 10.826 de 22 de dezembro de 2003 no seu Art. 6º, que trata do registro porte e comercialização de armas de fogo e Lei 10.029 de 20 de outubro de 2000, no seu Art. 20 que estabelece normas gerais para a prestação de serviço voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Diante do exposto e para viabilizar sua aplicabilidade no âmbito da Instituição Polícia Militar, solicito que seja gestionado junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que ao sancionar a Lei Complementar aludida, vete os dispositivos previstos no Parágrafo único do Art. 1º, e parágrafos 1º e 2º do Art. 3º.

Finalizando Senhor Secretário, alertamos que a sanção sem os vetos mencionados inviabiliza a sua aplicação, visto não ser possível enquadrar como já exposto o "Agente Temporário de Serviço Administrativo" como militar.

Respeitosamente,

BRUNO KNIHS

Coronel PM Comandante Geral da Polícia Militar

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 0015/2005

Institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, na Polícia Militar, nos termos da Lei federal n. 10.029, de 20 de outubro de 2000, o Serviço Auxiliar Temporário, obedecidas às condições previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O candidato que ingressar no serviço de que trata esta Lei Complementar será denominado Agente Temporário de Serviço Administrativo, e usará uniforme diferenciado do utilizado pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como, estará sujeito, no que couber, às normas aplicáveis aos integrantes da Polícia Militar.

Art. 2º O Serviço Auxiliar Temporário tem por objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades anti-sociais.

Art. 3º O Serviço Auxiliar Temporário, de natureza profissionalizante, tem por finalidade a execução de atividades administrativas internas, de saúde, de segurança de instalações, de guarda de honra, de apoio à guarda externa de estabelecimentos prisionais e atendimento telefônico.

§ 1º Fica vedado, aos Agentes Temporários de Serviços Administrativos, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de arma de fogo e o exercício do poder de polícia.

§ 2º Fica autorizado, aos Agentes Temporários de Serviços Administrativos, o uso de arma de fogo, no exercício das atividades a que se referem o *caput* deste artigo, em se tratando de casos excepcionais, ou missões especiais.

Art. 4º O recrutamento para o Serviço Auxiliar Temporário deverá ser precedido de autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta fundamentada do Comandante-Geral da Polícia Militar, observado o limite de vinte por cento do efetivo total de soldados previsto elii lei para a Polícia Militar.

Art. 5º O ingresso no Serviço Auxiliar Temporário será efetuado mediante aprovação em prova de seleção, além do preenchimento dos seguintes requisitos mínimos:

I - se homem, ser maior de dezoito anos e menor de vinte e três anos, dentre aqueles que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas ou que delas já tenham sido desincorporados;

II - se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior:

III - estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV - ter concluído o ensino médio;

V - ter boa saúde, comprovada mediante apresentação de exames médico e odontológico, homologados em inspeção médica pelo serviço de saúde da Polícia Militar;

VI - ter aptidão física, comprovada por testes realizados pela Corporação:

VII - não ter antecedentes criminais, situação comprovada mediante a apresentação de certidões expedidas pelos órgãos judiciários estaduais e federais, sem prejuízo de investigação social realizada pela Polícia Militar;

VIII - estar classificado dentro do número de vagas oferecidas no edital da respectiva seleção;

IX - estar comprovadamente em situação de desemprego: e

X - ser aprovado em prova escrita de conhecimentos gerais elaborada pela Polícia Militar ou instituição de ensino contratada.

Art. 6º O prazo de prestação do Serviço Auxiliar Temporário será de um ano, prorrogável por igual período, desde que haja manifestação expressa do agente temporário e interesse da Corporação.

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser protocolado na Organização Policial Militar (OPM) de exercício até sessenta dias antes da data de encerramento do período de prestação do serviço.

§ 2º Findo o prazo previsto no *caput* deste artigo, não havendo manifestação expressa do agente, não havendo interesse da Polícia Militar ou não sendo mais possível a prorrogação, será ele desligado de ofício.

Art. 7º O desligamento do agente temporário ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - ao final do período de prestação do serviço, nos termos do art. 6º desta Lei Complementar;

II - a qualquer tempo, mediante requerimento do agente:

III - quando o agente apresentar, segundo o Regulamento Disciplinar aplicado pela Polícia Militar, conduta incompatível com os serviços prestados, na forma seguinte:

a) a prática, a qualquer tempo, de transgressão disciplinar classificada como *grave*;

b) a prática, no período de um ano, de duas transgressões disciplinares classificadas como *média*, ou a de uma classificada como *média* e a de duas classificadas como *leves*: ou

c) a prática, no período de um ano, de quatro transgressões disciplinares classificadas como *leves*;

IV - em razão da qualidade do serviço prestado, apurado em processo administrativo;

V - quando não obtiver aproveitamento no curso específico de treinamento: e

VI - condenado por crime doloso.

Art. 8º São direitos do agente temporário:

I - frequência a curso específico de treinamento com duração de sete semanas:

II - auxílio mensal de natureza indenizatória equivalente a dois salários mínimos:

III - seguro de acidentes pessoais, destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades;

IV - alimentação na forma da legislação em vigor;

V - uso de uniforme, exclusivamente em serviço, com identificação ostensiva da condição de soldado temporário;

VI - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada pela estrutura de saúde dos militares estaduais, nos termos da lei: e

VII - possuir carteira de identidade funcional constando a situação de agente temporário, com data de validade consoante o contrato por tempo determinado, expedida pela Polícia Militar.

Art. 9º O agente temporário estará sujeito à jornada semanal de quarenta horas semanais, exceto no período de curso, quando se adaptará às atividades de ensino.

Art. 10. A prestação do Serviço Auxiliar Temporário não gera vínculo empregatício, nele obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Parágrafo único. Fica vedada a criação de cargos em decorrência da instituição do Serviço Auxiliar Temporário.

Art. 11. Fica vedado ao agente temporário:

I - o desempenho das atividades em qualquer órgão estranho à Polícia Militar;

II - a realização de cursos destinados exclusivamente aos policiais militares;

III - a transferência de município;

IV - o acúmulo de férias;

V - o uso de uniforme quando de folga ou em trânsito;

VI - o exercício de qualquer outra atividade remunerada; e

VII - a concessão de porte, registro ou autorização para aquisição de arma de fogo particular por intermédio da Polícia Militar.

Parágrafo único. A não-observância por parte do soldado temporário de qualquer dispositivo deste artigo ocasionará a aplicação do Regulamento Disciplinar, podendo também resultar no seu desligamento do Serviço Auxiliar Temporário.

Art. 12. O agente temporário estará sujeito às disposições das leis penais e processuais militares e do Regulamento Disciplinar empregado pela Polícia Militar, no que for aplicável.

Art. 13. Esta Lei Complementar será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 06 de outubro de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 440/2005

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empreendimentos emissores de poluentes líquidos instalarem caixa de inspeção.

Art. 1º Os empreendimentos comerciais e os indústrias potencialmente emissores de poluentes líquidos deverão instalar uma caixa de inspeção na saída de efluentes gerados ou contidos em suas instalações, sejam eles provenientes da atividade comercial ou industrial ou de esgotamento fluvial ou pluvial.

Art. 2º A tubulação de saída da caixa de inspeção não poderá ser enterrada, devendo ser mantida de tal forma que possa ser verificada toda a sua extensão, desde a caixa até a divisa do imóvel em que estiver instalada.

Art. 3º Nenhuma tubulação poderá ser ligada ou mantida ligada à rede pluvial ou fluvial sem que seja identificado o emissor de efluente.

Parágrafo Único - Todas as tubulações ligadas à rede pluvial ou fluvial que não forem identificadas nos termos e prazos previstos nesta Lei deverão ser fechadas e lacradas.

Art. 4º A caixa de inspeção de que trata esta Lei deverá seguir o projeto e a descrição contido no Anexo Único desta Lei, devendo ser instalada no mínimo uma caixa para cada tipo ou gênero de efluente.

§ 1º Cada caixa de inspeção deverá possuir tampa individual fechada com cadeados e lacrada pelos órgãos ambientais.

§ 2º Os órgãos ambientais municipal, estadual ou federal poderão instalar equipamentos de verificação ou monitoramento no interior das caixas de inspeção, independentemente de autorização do proprietário do empreendimento.

Art. 5º Todos os empreendimentos sujeitos aos efeitos desta Lei deverão instalar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, no mínimo uma caixa de inspeção, sob pena de cassação da licença de funcionamento e multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo das sanções cíveis ou penais.

Art. 6º No mesmo prazo consignado no art. 5º, todos os empreendimentos sujeitos aos efeitos desta Lei que tiverem tubulação ligada à rede pluvial ou fluvial deverão identificar sua tubulação ao órgão estadual do meio ambiente, sob pena de incidir nas mesmas sanções contidas no art. 5º.

Parágrafo Único - A identificação de tubulação consistirá na identificação do proprietário da tubulação, tipo de efluente que é conduzido pela tubulação e o ponto no qual a tubulação está ligada à rede pluvial ou fluvial.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
DEPUTADO PAULO ECCEL

Lido no Expediente
Sessão de 08/11/05

ANEXO ÚNICO JUSTIFICATIVA

Como resposta da sociedade catarinense ao descaso com que outra parcela dessa mesma sociedade vem cuidando do meio ambiente, inúmeras iniciativas vem sendo pensadas e buscadas com o objetivo de aumentar as formas de fiscalização e punição aos empreendimentos potencialmente emissores de poluentes líquidos, que transformam os rios catarinenses em esgotos a céu aberto.

E, esse ato lesivo ao meio ambiente, normalmente praticado na calada da noite, durante feriados ou finais de semana quando a possibilidade de fiscalização é diminuída, não tem o agente responsável devidamente identificado, principalmente nas regiões com maior densidade industrial.

Por isso, urge que mecanismos de maior controle e fiscalização sejam exigidos, como é o caso da caixa de inspeção prevista no presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 441/05

Concede o Título de Cidadão Catarinense ao jornalista Marcelo Corrêa Petrelli

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense a Marcelo Corrêa Petrelli.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Manoel Mota
Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente
Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo homenagear este ilustre homem de comunicação, filho dos catarinenses Mário José Gonzaga Petrelli e Dircéa Corrêa Petrelli, nascido na cidade de Curitiba, no Paraná, em 26 de dezembro de 1964.

Jornalista e administrador de empresas no ramo das comunicações, sempre desenvolveu seu trabalho em prol da sociedade catarinense. Reconhecido promotor da cultura, da comunicação e da história de Santa Catarina, por meio da Rede SC/SBT, Marcelo Corrêa Petrelli atua há 16 anos em Santa Catarina, tendo exercido os cargos de Diretor Superintendente do SCC - Sistema Catarinense de Comunicações, de 1988 a 1990; Presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão - SERT, de 1998 a 2000; Presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT, de 1999 a 2002; e atualmente é Conselheiro Fiscal da ADVB/SC; e Diretor Superintendente da Rede SC/SBT.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 455/05

EMENTA: Dispõe sobre a isenção de ICMS na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiências físicas e seus representantes legais.

Art. 1º. Ficam isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Art. 2º. Os automóveis de transporte de passageiros definidos no artigo anterior deverão ser adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, nos casos de interditos, pelos curadores.

Parágrafo único. Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago em razão da isenção de que trata a presente lei.

Art. 3º. A isenção de ICMS de que trata o artigo 1º somente poderá ser utilizada uma única vez, salvo se o veículo houver sido adquirido há mais de três anos.

Art. 4º. A isenção será reconhecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche todos os requisitos previstos nesta lei.

Art. 5º. O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 6º. A alienação do veículo adquirido com o benefício da isenção antes de decorrido o prazo de três anos contados da data específica da sua aquisição, com destino a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos neste diploma legal, acarretará a exigência do imposto incidente sobre o bem, acrescido de multa e juros de mora previstos na legislação para as hipóteses de fraude ou simulação, a contar da data da emissão da nota fiscal de compra.

Art. 7º. A presente lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
Florianópolis, ____ de novembro de 2005.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Deputado Estadual/PP

Lido no Expediente
Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

Existe previsão legal para que seja deferida isenção de ICMS sobre as operações de aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física. Este fato não atende, necessariamente, a todas as ocorrências.

Por conta deste fato, a legislação federal, consubstanciada pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com as alterações decorrentes da lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, ampliou o benefício para os "representantes legais" dos portadores de deficiência, definindo-os como os curadores.

Havendo concessão do benefício na esfera federal, justifica-se a adoção de idêntica medida com respeito ao imposto de competência estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 456/05

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Duque de Caxias, com sede no Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Duque de Caxias, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Francisco Küster

Lido no Expediente
Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Professores de Escola Básica Municipal Duque de Caxias, com sede no Município de Blumenau, fundada em 2 de julho de 1997.

Trata-se de instituição privada com fins não-econômicos, de duração indeterminada, tendo por finalidade estimular a transformação da escola em centro de integração e desenvolvimento comunitário, promover a aproximação e cooperação entre pais e professores de modo a instigar os membros da comunidade a interessarem-se pelas atividades escolares e vice-versa, promover atividades culturais,

participar na solução de problemas inerentes à vida escolar, conservação de seu patrimônio e outras atividades e fomento à cidadania.

Para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a citada instituição seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 457/05

INSTITUI O "PROGRAMA DE RECOMPENSA", DESTINADO A ESTIMULAR A COLABORAÇÃO PRIVADA NA SEGURANÇA PÚBLICA.

Art. 1º - Fica autorizado o Estado de Santa Catarina a instituir o "Programa de Recompensa", destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela Polícia.

Art. 2º - Qualquer pessoa poderá oferecer recompensa para a elucidação definitiva de fatos delituosos, bem como sobre a localização de foragidos da Justiça, com ordem de prisão expedida pelo Poder Judiciário.

Parágrafo Único - A recompensa poderá ser genérica, para todo e qualquer ato de que trata o *caput* como específica, para aquelas certas e determinadas.

Art. 3º - A recompensa será entregue àquele que vier a fornecer informações precisas e determinantes para o efetivo cumprimento do disposto no artigo 2º.

Parágrafo Único - O pagamento da recompensa de que trata esta Lei, somente será efetuado após o cumprimento da ordem de prisão respectiva.

Art. 4º - É garantido ao informante o sigilo de identidade, constituindo infração funcional a divulgação dos nomes, tanto dos particulares titulares da contribuição de recompensa, como dos informantes-beneficiários.

Art. 5º - É criado o Fundo de Estímulo à Segurança Pública, cujos recursos serão aplicados exclusivamente no pagamento das recompensas, observado o seguinte:

I - o Fundo será administrado pelo Conselho de Recompensas, presidido pelo Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e assegurada a participação de representante da comunidade.

II - os valores unitários das recompensas serão divulgados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão mediante resolução, após deliberação do Conselho de Recompensas e observados os limites fixados em regulamento, ressalvado o direito do titular da contribuição de fixar o valor na hipótese da recompensa específica, prevista no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 6º - O Poder Executivo fará a regulamentação desta Lei, cabendo ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão dispor as medidas necessárias à implantação inicial do Programa de Recompensas.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados

A presente proposição, a exemplo do vizinho estado do Paraná, objetiva oferecer mecanismos eficazes às autoridades policiais, com vistas ao combate da criminalidade que, nos atuais tempos vem crescendo de forma alarmante, que passa a exigir, para a solução dos delitos, não somente o concurso do Poder Público, mas, também, da sociedade.

É ponto pacífico que o Estado, por si só, não dispõe dos recursos necessários para a efetiva investigação e elucidação do elevado número de fatos delituosos com que se defronta no cotidiano, razão pela qual propomos, por intermédio da presente proposição, o engajamento da sociedade. A implementação desta medida dar-se-á pelo aporte de recursos financeiros privados para constituir o fundo, cujos recursos terão como destino a premiação dos que derem informações seguras e decisivas para a execução de ações da Segurança Pública.

Os recursos auferidos através de doações, serão canalizados para um fundo financeiro contábil, com aplicação vinculada e específica a seu fim, tendo como órgão gestor um Conselho presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, cujos valores unitários das recompensas serão fixados pelo referido Conselho.

Certo de que a medida proposta merecerá a atenção especial dos ilustres Pares, rogamos apoio à sua aprovação.

Deputado Onofre Santo Agostini

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 458/05

Declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Motociclistas de Canoinhas e Região - AMOTOCA", do município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Motociclistas de Canoinhas e Região - AMOTOCA", com sede e foro no município de Canoinhas.

Artigo 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Antônio Aguiar
Deputado Estadual**

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 176 e seguintes do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que declara de utilidade pública a Associação de Motociclistas de Canoinhas e Região - AMOTOCA, com sede e foro no Município e Comarca de Canoinhas.

A entidade tem por finalidade, nos termos do art. 1º de seu Estatuto, desenvolver o motociclismo e atividades similares que de uma forma ou de outra fortaleçam a educação e cultura do povo brasileiro, auxiliando o lado social e humano da sociedade.

Seguem anexos ao projeto os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para declaração de utilidade pública estadual, em atenção ao disposto na Lei Estadual nº 10.436, de 1º de julho de 1997.

Submeto, pois, senhores Deputados, à elevada apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei anexo, elaborado em conformidade com a Constituição da República, a Constituição do Estado, a Lei Estadual nº 10.436, de 1º de julho de 1997 e em atendimento ao interesse público, solicitando assim, aos nobres pares, o acolhimento do presente projeto de lei e o necessário apoio à sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 459/05

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, do município de Blumenau.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a União Blumenauense de Associações de Moradores e Outras Entidades Afins, do município de Blumenau.

Art. 2º - À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2005.

**ANA PAULA LIMA
Deputada Estadual**

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/05

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais Professores da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, denominada APP, entidade jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, neutralidade política e religiosa, fundada em 12 de abril de 1997, com prazo de duração indeterminado e com sede à Rua Franz Volles, 1930, bairro Itoupava Central, em Blumenau.

A Associação de Pais Professores da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, constitui como finalidade específica a integração Escol- Comunidade em termos de conjunção de esforços, articulação de objetivos e harmonia de procedimento, o que a caracteriza principalmente por:

a) Estimular a transformação da Unidade Escolar em Centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do Poder Público e outras entidades; b) Promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades comunitárias e escolares; c) Motivar a Unidade Escolar na promoção e funcionamento de cursos comunitários; d) Promover na Unidade Escolar e/ou em cooperação com outras entidades, campanhas e atividades sociais, culturais, desportivas; e) Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar dentro da harmonia, que deve orientar a convivência; f) Cooperar na conservação dos equipamentos e prédio da Unidade Escolar; g) Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da APP, os recursos provenientes de subvenção, doação e arrecadação da entidade.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela lei nº 10.436, de 01/07/1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***